

75,5361 vol.

A
CARTILHA

DO

POVO

POR

FRANKLIN.



PERNAMBUCO.

TYP. DA VIUVA ROMA & FILHOS.

1849.

Manoel Joaquim de Almeida ^{primeira}

A CARTILHA

do

POVO.ED

A
CARTILHA
do
POVO
por
FRANKLIN.



PERNAMBUCO.

TYP. DA VIUVA ROMA & FILHOS.

1849.

ADVERTENCIA.

Um amigo nosso confiou-nos um documento precioso com o titulo de — *Vicios da nossa organização política.* — Era uma Memoria escrita no Rio de Janeiro, durante o anno de 1842, com muita erudição, muita verdade, demasiada franqueza, e no mais brilhante estilo, 'com que se pôde escrever na nossa terra. Ainda até hoje não tinhamos lido nada, ácerca do nosso paiz, tão interessante, tão cordato, e tão luminoso ; pôde-se dizer que é a verdadeira e unica historia da administração politica, civil e religiosa do Brasil, desde a fundação da primeira Capitania até os nossos dias.

A Memoria está dividida em diferentes Capítulos, um dos quaes, debaixo do titulo — *Colonização que convém ao Brasil* — já foi publicado na *Barca de S. Pedro* o anno proximo passado. Lendo esta Memoria, ficamos indecisos

sobre a preferencia, que deveriamos dar a um ou outro Capitulo, contendo todos materias distinctas, porque todos são de um interesse palpitante. A muito custo podemos obter permissão do nosso amigo para copiarmos o Capitulo X, que tem este titulo — *Os Brasileiros do paragrafo quarto* — e finalmente consentio elle que o publicassemos debaixo da nossa responsabilidade. Ainda quando este Capitulo ou artigo pareça escripto hoje pela identidade das circunstancias, em que nos achamos, com tudo tomamos a liberdade de adicionar-lhe algumas notas, contendo factos posteriores, para maior claresa e intelligencia do texto.

Do mesmo amigo obtivemos tambem o artigo, que vai em seguimento do primeiro, com a epigrafe — *Estudos historicos* — no qual se nota vastissima lição da historia portugueza : é uma profecia, que deve merecer a mais profunda meditação dos amigos do Brasil.

Publicando estes preciosos documentos acreditamos fazer com elles o mais relevante serviço á nossa patria, cuja prosperidade anhelamos como o nosso proprio bem.

O EDITOR.

Os Brasileiros do paragrapho 4.^o

“..... Senhores, o *espirito nacional* não pôde dormir ; se homens acintemente illudidos, ou PERVERSOS continuarem com suas *intrigas* a offendere a **NACIONALIDADE**, a procrever todos os homens **NASCIDOS NO BRASIL**, que se tem mostrado amantes da patria, amantes do seu paiz, e da Liberdade Constitucional, assulando contra elles aquelles mesmos homens de março, a consequencia será ~~que~~ a união de todos os Brasileiros em um só ponto para esmagar esse partido (*innumeraveis apoiados*). Nenhuma nação soffre impunemente que a sua Nacionalidade seja ferida. » (Disc. do Sr. Honorio Hermeto Carneiro Leão na sessão de 11 de Agosto de 1832.)

Um dos vicios da nossa organisacão politica, e talvez o mais fertil em consequencias desastro-

sas para a nossa actual existencia como corpo politico, porque é a decepção mais completa da nossa independencia, consiste na igualdade de direitos politicos, de que ficarão gozando os Portuguezes pela nossa Constituição. Ha vinte annos somos independentes, e entre tanto ainda disputão o poder entre nós os Limpos e os José Clementes, Vergueiro e o Conde de Lages, etc. Percorrei a lista dos nossos Tribunais de segunda instancia, do Supremo Tribunal de Justiça, do nosso Exercito e Armada, do Senado e Conselho d'Estado, Repartiçãoes publicas, etc., e vereis que a Independencia tem sido até hoje uma deploravel decepção, e que no fim de 20 annos só temos obtido um fatal engano, isto é, que trocamos pela supposta independencia o Conde de Linhares e o Conde da Barca por Limpo de Abreu e José Clemente: haveremos acaso ganhado com a troca? respondão os proprios Portuguezes, e me conformo desde já com a sua decisão. (1).

Esta fatal circunstancia, singular entre os Povos que se tem tornado independentes, ha empeorado muito o nosso estado de colonia sem melhorar em nada o da nossa emancipação; isto é, somos ainda hoje Portuguezes, mas Portuguezes degenerados, com todos os seus vicios sem nenhuma de suas virtudes (sobriedade e amor ao trabalho). O que é ainda hoje o Brasil, ou pelo menos o Rio de Janeiro? Uma colonia portugueza mal que nos pêse. E' tal a influencia desta classe entre nós, que mesmo no Governo é opinião comum a necessidade de um adoptivo em todos

os nossos corpos politicos para alentar a classe dos Portuguezes, que se suppõe a mais forte na sociedade pela importancia dos seus haveres, e por seus postos elevados no Exercito e na Marinha. Para formar um Ministerio é mister que entre um adoptivo, para o Conselho d'Estado tantos adoptivos, para Presidentes de Provincia convem que sempre haja um ou mais adoptivos, para o mando do Exercito um adoptivo, para os Arsenaes de Guerra e Marinha outros tantos adoptivos ; em fim esta idéa é tão trivial, que até mesmo aquelles que mais popularidade pretendem, são os primeiros a funda-la sobre o credito dos Portuguezes, e muitos preferem a sua opinião e o seu apoio ao apoio e opinião dos filhos do paiz.

Tem chegado a tal ponto esta mania, que para elevar a um subido grão de importancia a classe dos Portuguezes, se trata de deprimir os outros estrangeiros, e de torna-los odiosos ao Brasil, como ultimamente aconteceu com os Ingleses por causa do contrabando de Africanos, que estes pretendem cohibir contra os interesses dos contrabandistas portuguezes. Antigamente todos os Estrangeiros erão hereges, só os Portuguezes erão catholicos ; mas como isto é hoje indiferente, porque o paiz se tem tornado incredulo (mal muito peior do que a superstição), vem o contrabando dos Africanos suprir a arma poderosa do fanatismo : é o fanatismo do interesse em vez do fanatismo religioso, é o amor do ganho em lugar do Tribunal do Santo Officio.

Lastima de certo, e magda os corações bra-

sileiros ver esta Cidade (do Rio de Janeiro) transformada em uma colónia portugueza ; para aqui aflue a emigração dos Portuguezes, e nenhum vai para o interior ; ninguém procura o campo, nem se destina aos trabalhos da agricultura, nem á outra industria fóra do recinto da cidade. Vêde todas essas lojas, armazens, vendas, botequins, casas de barbeiros, etc., atulhadas de Portuguezes ; se encontrardes um grupo de cinco ou seis homens reunidos nas nossas ruas, reparai e vereis que são todos Portuguezes, mas com todos os seus vícios, com todos os seus preconceitos contra o paiz, com todo o seu odio contra os Brasileiros.

A identidade da linguagem, dos costumes, e até dos mesmos vícios, que elles tem introduzido, dá-lhes uma vantagem assinalada na concurrencia com os outros estrangeiros : insinuão-se com facilidade, vivem na sociedade de seus patricios, e são por elles preferidos para tudo ; são admittidos tambem nas familias brasileiras, e por isso são os primeiros a lograr os melhores casamentos : raro é o Brasileiro, que consegue um desses enlaces vantajosos, e por um que consigão, conseguem cem os Portuguezes. Ora, nenhum povo da Europa está hoje tão atrasado como Portugal, tanto que os Portuguezes são considerados como os selvagens da Europa, e é dessa população ignorante, viciosa e degenerada, que se está reconstruindo a nossa crescente população, com os mesmos vícios e defeitos, com as mesmas preocupações, com a mesma ignorancia !

Chega por exemplo um Portuguez como Ga-

ma Castro ás nossas praias, e é logo recebido como um portento ; embora se mostre hostil á uma parte de seus patricios, e os fulmine por suas opiniões politicas, tudo se esquece porque elle hostilisa tambem os filhos do paiz, mette-os a ridiculo, chama-os *mascavados*, ignorantes, estupidos, licenciosos, Babilonios em fim. Esta conducta faz logo esquecer suas opiniões miguelistas, suas guerras de partido ; basta que fulmine os Brasileiros com os raios de suas torpes invectivas para merecer dos Portuguezes todas as adorações de um sabio, de um profeta novamente chegado para converter estes selvagens, que elle considera muito abaixo dos Tainoios e dos Tupinambás.

E porém é só entre os Portuguezes que o Gama Castro acha apoio ? não, tambem o tem entre muitos Brasileiros, e até no proprio Governo, pela mesma razão, que acima estabeleci, isto é, pela opinião, em que muitos estão, de que é conveniente alentar a classe dos Portuguezes, e sustentar o seu amor proprio, ainda contra o amor proprio dos naturaes, porque se suppõe a classe mais forte na sociedade pela importancia dos seus baveres, e por seus postos elevados no Exercito, na Marinha, na Magistratura, e nos Corpos politicos.

Assim pois ainda corremos parelhas com os Portuguezes da Europa, somos ainda uma especie de Daguerrotypo, que copiamos fielmente todas as formas daquelle povo com todas as suas cores e matises, com todas as suas imperfeições e deformidades ; com uma diferença, que á tão grande

distancia a copia não é nem pôde ser perfeita, nem os agentes que empregamos são os mesmos, nem tão bons. Os Portuguezes ainda possuem alguns homens eminentes, mas esses não vêm ao Brasil, e em lugar delles ficáram-nos os José Clementes, os Limpos, os Vergueiros, os Condes de Lages, e toda essa caterva de Generaes e Magistrados tão estúpidos como cobardes e venaes.

Em quanto ao pessoal podemos asseverar que muito perdemos do estado de Colonia, por que os Condes da Barca e de Linhares, Stokler, Marquez de Aguiar, Luiz de Vasconcellos, Gomes Freire, etc. etc. não voltaráõ ; e entretanto este estado perpetua-se, o mal cresce, e vinte annos de supposta Independencia ainda nos não libertáram da influencia portugueza. Se esta influencia fosse puramente commercial, se a sua eficacia pesasse tão sómente sobre os interesses materiaes do paiz, ainda poderíamos prescindir della, com quanto fosse sempre prejudicial ao progresso da nossa nascente prosperidade ; porém não, esta influencia é ainda muito mais fatal, porque pesa sobre todos os elementos, que constituem ou devem constituir uma Sociedade bem organizada.

No estado actual é impossivel, que possamos ter um Exercito bem montado no Brasil, porque todos os postos superiores estão atravancados por Officiaes portuguezes, ignorantes todos, relaxados pela maior parte, e sem nenhum amor ao paiz ; pelo contrario nutrindo sempre todos os preconceitos bebidos na metropole donde vierão.

Outro tanto pôde dizer-se da Marinha, e ainda mesmo da alta magistratura. Os costumes, a educação elementar, os habitos de familia, emfim quanto constitue a vida domestica, depende em grande parte dos Portuguezes pela influencia, que ainda exercem na Sociedade, por seus postos eminentes, por suas riquezas, pelo trato familiar, pelas relações intimas, que adquirem, pela vantagem de uma lingoa commun, e pelo habito de os vermos gozando de todas as vantagens, que offerece a nossa Sociedade, isto é, postos eminentes, cargos honrosos, e o diabo é que com indisputavel primasia sobre os filhos do paiz. (2)

Como pois remediar todos estes inconvenientes, como substituir de repente uma parte da nossa Sociedade, que parece tão ligada á nossos proprios interesses, tão identica a nossos proprios habitos, formando emfim um todo homogeneo e quasi nacional? como finalmente *desimportuguezar* o Brasil, como dar-lhe de prompto outros costumes, como desarraigas tantos preconceitos, como combater tantos prejuizos, como ferir tantos interesses, sem ao menos estar para isso preparada a populacão brasileira? Roma não se fez em um dia, e isto basta para fazer ver, que esta grande reforma não seria obra de um — *fiat lux* —

Em quanto á populacão brasileira ella está mais do que preparada, porque está estimulada, ferida em seu orgulho nacional, afrontada com a vergonha de sua condição, que os portugueses ainda querem tornar inferior. Não ha Brasileiro, que se não sinta chocado pelo orgulho dessa classe bru-

tal e estupida, que ainda toma os ares de Senhora, porque hombrêa com seus patricios Condes, Marquezes, Generaes, Conselheiros, Magistrados, Veadores, Camaristas, Donas e Damas.

Percorrei toda a nossa populaçao, examinai um por um todos esses moços, que começao sua vida em todas as carreiras, quer litteraria quer de empregados ou de industria, ouvi-os em particular ou em publico, e notareis esse odio concentrado, esse instineto de aversão a todos os Portuguezes, esse despreso tão bem retribuido. Não ha mulatinho ou crioulo, que não se julgue mui superior a todo e qualquer Portuguez de qualquer classe ou condição que seja ; esse odio, essa inimizade está no coração de todo Brasileiro, como no coração de todo o que foi colono com respeito aos filhos das Metropoles.

Não busqueis entre nós a razão desse facto, buscai-a, se quizerdes, nos Estados Unidos (3) e na America hespanhola ; buscai-a mesmo na continuada luta dos primeiros Lusitanos, dos Cantabros e Vasconços contra os Romanos, e finalmente buscai-a na humana natureza, que por toda a parte reage contra a humilhação, contra a idéa do dominio pessoal, contra a supremacia de uma classe sobre o resto do povo, e contra a condição bастarda de um accidente tão miseravel como o do nascimento nesta ou naquella parte do mundo.

Se examinardes as classes superiores, vereis os nossos magistrados á porta do Supremo Tribunal, esperando que morra algum Portuguez para poder entrar, se antes não se apresenta outro para

disputar-lhe a entrada: vereis os nossos chefes de mar e terra atenuados pelo aspecto de um sem numero de Officiaes Generaes portuguezes, que lhes tolhem os passos: vereis a sorte de muitos moços brasileiros dependente das boas gracas desses mesmos, que não contentes de impedir-lhes os accessos, ainda abusão com notavel parcialidade de sua posição, como para castigal-os pelo arrôjo de quererem ser seus successores.

Emfim não ha Brasileiro, á excepção talvez do Calmon, do Paranaguá ou do Pedro de Aranjo, que se não sinta ferido em seu amor proprio, humilhado, e mais que muito preparado para levar a effeito a Independencia, que para si fizerão os mesmos Portuguezes em 1822, ajudados pelo prestigio de D. Pedro. Porque não faremos nós o que fizerão elles em Portugal no anno de 1820? Acaso devemos mais a esses adoptivos do que devião elles aos Ingлезes? e sem embargo, não os arrojárão para fóra do paiz como uma classe estranha, encravada na Sociedade com mingoa do carácter nacional?

A Independencia, dizem os adoptivos, somos nós que a fizemos a despeito de muitos Brasileiros que a não querião: convenhamos, mas fizestel-a para vós, afim de conservardes os cargos eminentes nos grandes Tribunaes, que a incuria de vossos Patricios abolio poi um rasgo de penna, deixando-vos á mercê de seus caprichos deste lado do Atlântico. Tambem os Ingлезes vos tinhão libertados dos Francezes, e se disso tirárão vantagens, ficas-tes por acaso menos aquinhoados no Brasil? A rea-

lidade pois da Independencia, e não uma decepção como até aqui, é uma necessidade do paiz : é o grito suffocado até hoje, mas que repetido por milhões de echos vem ferir os ouvidos de todos os homens nascidos no Brasil ; é mister que sejamos Brasileiros, basta de sermos Portuguezes.

Dissemos que os Portuguezes tinhão feito para si a Independencia do Brasil em 1822 a despeito de muitos Brasileiros, que á ella se oppuzerão ; e como esta proposição absoluta pôde achar contradictores, convém proval-a de modo que a ninguem sorprehenda, ainda os mais aferrados á idéa do patriarchado dos Andradas. Com efeito, quem foi o primeiro que deu o brado de Independencia ? foi D. Pedro, e D. Pedro era portuguez, e o herdeiro presumptivo da corôa de Portugal. Opposerão-se abertamente as provincias de Minas, de Pernambuco, do Pará e Maranhão ; e haverá alguem que possa acreditar, que os Pernambucanos não querião a Independencia ?

Pernambuco que em 1817, em presença do proprio Rei, deu o primeiro grito de liberdade, que se levantou em massa contra as tropas de Luiz do Rego, que as debellou, e as arrojou finalmente do seu solo, não quereria a Independencia ? Sim, queria, mas queria uma Independencia de facto, com todas as garantias para o presente e para o futuro : uma Independencia firmada em seus proprios exforços e recursos, e na impotencia da mäi patria para submitter de novo os Brasileiros ás suas leis e regimen colonial : queria a realidade e não uma decepção, com que ha 20 annos nos embalão :

queria cabal ingerencia dos filhos do paiz nos negocios de sua regeneração politica : queria finalmente uma Independencia toda americana sem resabos da velha Corte.

O que aconteceu, porém, naquelle época ? D. Pedro colocou-se á frente do movimento, que era inevitavel, e fel-o por conselhos de seu Pai, que não era um sabio, mas era um Rei prudente ; a D. Pedro acompanhárão todos os Portuguezes, colocados nos postos mais eminentes do Brasil, porque a incuria das Córtes portuguezas, abolindo de um só jacto todos os grandes Tribunaes, não lhes deixava outro recurso. Uma nova Corte, um Exercito separado, e uma nova marinha a crear, erão outros tantos incentivos, que despertárão as ambições dos Portuguezes, empregados em todas as repartições e em todas as classes, tanto mais que D. Pedro era para elles uma solemne garantia. Quantos mais Portuguezes ficassem no paiz, tantos novos penhores para D. Pedro, que tambem se não fiava nos Brasileiros ; e tanto era isto assim, que a maior zanga para elle era, que algum Portuguez quizesse regressar para Portugal : todo o Brasil conhece o rasgo de brutal ferocidade, com que D. Pedro mandou chibatar os soldados portuguezes, que pedirão voltar para a sua patria, indo elle mesmo assistir a execução no Campo de Santa Anna.

Diz-se que então forão os Portuguezes perseguidos, maltratados, e até amaldiçoados ; porém note-se que erão só aquelles que não querião ficar no Brasil, porque os que adherirão ao plano de D.

Pedro não sómente erão estimados, com quanto nos detestassem de morte, como por elles estava D. Pedro sempre prompto a arriscar tudo, como sucedeu no negocio do Lapa (4) e do Pardal, causa da dissolução da Constituinte; e em todas as ocorrências, em que o espirito brasileiro queria preponderar sobre a Independencia á portugueza. Essa perseguição do *Camarão*, esse aparato de ostentação contra os Portuguezes, *alcunhados inimigos do Brasil*, era plano de D. Pedro para embair o espirito nacional, para adormecel-o, e fazer com que os Brasileiros recebessem o ajoujo com marcas de gratidão. Eis ahi a rasão porque, passado algum tempo, D. Pedro foi perdendo toda a sua popularidade, e por fim cahio, porque já o apoio dos Portuguezes não lhe era sufficiente, e elle havia alienado de si todo o espirito nacional pela sua descomedida protecção aos Portuguezes; alguns dos quaes mais atilados forão os primeiros a dar-lhe o couce do burro no leão agonisante.

Enganar-se-hão os Pernambucanos, que não quizerão adherir á Independencia de D. Pedro? Não de certo, nem eu a quereria se cá estivesse. Elles calcularão bem: ficando dependentes de Portugal, mas com um governo municipal todo seu, ião preparando as cousas para uma Independencia, quando já não restassem á mai patria outros vinculos no paiz senão a acquiescencia dos naturaes; rôtos estes por uma espontanea separação, que recursos ficarião a Portugal para submeter o Brasil ou qualquer de suas provincias? A guerra maritima? porém Portugal não tinha mari-

nha ; expedições e desembarques ? custão muito dinheiro, e Portugal não tinha thesouro nem exercito para tanto : batida a primeira expedição, estava tudo acabado. Se alguma vez o instincto pôde ter lugar de previsão politica, o instincto dos Pernambucanos nessa época é a mais importante lição para todos aquelles que desconfião sempre do juízo dos Povos. O que elles temião, tem-se mais que muito realizado.

Quem diria, ha 20 annos, que José Joaquim Coelho, soldado de leva, que mal sabe assignar o seu nome, seria hoje Presidente de uma província do Brasil (o Ceará), e seria o instrumento de um partido para debellar outro partido ? Quem diria, ha 20 annos, que José Clemente Pereira seria ainda hoje Ministro da Guerra no Brasil, não por nenhum merecimento pessoal, que o não tem, mas em força das circumstancias ? Quem diria, ha 20 annos, que para representar o Brasil entre os Povos americanos, ainda hoje fosse escolhido um Portuguez, não homem de reconhecido merito, nem de abalisado crédito diplomatico, mas um ignorante e grosseiro Official de Marinha, chamado João Francisco Regis, e isto para a mais importante missão, que tenha hoje o Governo a prehenccher, que é sem duvida a de Montevideo ? (5) Quem diria que ainda hoje a maior parte do Supremo Conselho militar estaria ocupada por Portuguezes, que mal sabem a sua língua, e alguns mesmo que a ignorão, mas encarregados de julgar os Brasileiros, e de decidir da sua vida e da sua honra ? Quem diria que ainda hoje para o Conselho d'Es-

tado se nomeassem tantos Portuguezes, e que o Ministerio não se julga completo sem a concurren-
cia de um Portuguez, e já houve tal, em tempo do Padre Feijó, onde havião tres Portuguezes (o Limpó, o Salvador José Maciel, e o C. de Lages) ?

Concorre acaso para isto algum requisito de merecimento, de saber, de consagração patriotica, ou outro algum motivo de conveniencia publica ? Não, mas tão sómente um vicio da nossa organisação politica, que nos torna um povo *sui generis*, sem exemplo nos fastos do mundo civilisado, e por isso mesmo anomalo, e sem existencia propria. Se é possivel realisar-se alguma vez o — *simul esse et non esse* — é sómente na nossa existencia de povo independente com outro povo estranho entre nós, gozando de iguaes direitos politicos ; assim é que *somos*, porque já não dependemos de Portugal, mas *não somos*, porque cá nos deixarão os Portuguezes quem nos governe. E pôde este esta-
do violento continuar por muito tempo ? Oh ! não ! isso não é possivel, se não estamos abaixo dos Pariás da India, não, eu vol-o digo, porque o fer-
rete da ignominia, longe de abater-nos, nos quei-
ma a testa, nos escandece o cerebro, e nos exalta o pensamento ; não, mil vezes não, porque estamos aborrecidos de sermos Portuguezes, nação a mais aviltada da Europa, e a mais rebaixada entre os Povos civilisados.

Sabeis porque as outras nações nos despresão ? é porque nos medem pela cravéira dos Portuguezes : sabeis porque nos insultão ? é porque conhe-
cem que não temos existencia propria, é porque não



formamos um povo homogeneo, é porque não temos uma patria nossa, que nos pertença exclusivamente, como a França pertence aos Francezes, e a Inglaterra aos Inglezes ; é finalmente porque não ha patriotismo quando os gozos não igualão os riscos, quando os fóros nacionaes pertencem aos estrangeiros, quando o solo onde se vive não é a patria onde se nasceu, quando não ha reminiscencias do passado, quando o lar paterno está nas margens do Douro ou do Tejo, e o solo insultado pertence ao Brasil ; então nem recordações, nem o amor do lar paterno, nem os gozos, nem os fóros tem significação alguma, e o viver é só gozar sem riscos, quando a vergonha não acha em que se empregue : maldição ! Oh ! maldição sobre a geração presente, se ella não tem a coragem de emancipar-se ! maldição sobre seus filhos e netos : maldição como a de Deos sobre os filhos de Caim, porque somos indignos de termos uma patria como os Americanos do Norte e do Sul.

Sabeis porque os Norte-americanos resistem ao direito de visita ? é porque elles não tem Americanos do § 4.^º, é porque os seus Almirantes e Generaes não são Inglezes, é porque os Inglezes não são alli Ministros d'Estado, nem Senadores, nem Deputados, nem representão o paiz entre os Povos americanos ; é porque elles tem a consciencia de uma Patria, que esclusivamente lhes pertence, tem a consciencia de sua força, de sua vida adolecente, de todo o seu vigor patriotico ; é porque elles contão que no dia do perigo, desde o Canadá até o Mississipe, a nação americana é um só povo, pos-

suido dos mesmos interesses, cheio de patriotismo e de honra, anhelando pelo dia do perigo como o dia de sua gloria (6), e porque contão que os Ingleses ainda se não esquecerão de Trenton, Brandwine, West Point, Nova Orleans, etc.

Porem nós ! que temos de recordar senão afrontas, cadasfalsos, perseguições, e misérias !! nem sequér nos lembramos, que ainda temos de pagar as letras de cambio, que os Portuguezes sacarão contra nós no Campo da Polvora na Bahia em 1817, e no de Palacio velho em Pernambuco, ou na Parahiba e Ceará ao mesmo tempo ! Em quanto ao que me toca, Deos não me matará sem que eu satisfaça a minha quota, por grande que ella pareça ; é um legado de meu pai, e eu teria pejo de aparecer diante delle na eternidade sobrecarregado de uma divida tão sagrada. Sim, os Portuguezes assassinarão a meu pai, aviltarão a minha familia, saquearão e roubarão os nossos bens, e ainda agora (1842) dispujo com um Portuguez as reliquias da nossa fortuna ; e tenho eu patria ? não, ninguem o dirá ; e sem embargo sou a sexta geração nascida nesta terra. Quando em 1825 eu pretendia voltar para o Brasil, foi ainda um Portuguez (o Conde de Lages) quem me excluiu de novo por uma denegação absoluta. E' mister por tanto que sejamos um dia Brasileiros, basta já de sermos Portuguezes, ou, o que ainda é peior, colonos de uma colonia portugueza. Agora mostrarei como isto pôde alcançar-se sem grandes incovenientes ou diffículdades.

Para *desimportuguezar* o Brasil convém adoptar as seguintes medidas :

1.^a — Deseinbaraçar-nos de todos os Portuguezes no Exercito e na Marinha, na Magistratura, e em todos os lugares lucrativos e honrosos, por meio de reformas e aposentadorias moderadas.

2.^a — Não permittir a venda de nenhuma mercadoria em retalho a nenhum estrangeiro, como na Russia, na Suecia, em Lubeck, e até em Lisboa, como se deprehende de uma resolução da Camara municipal daquellea cidade de 30 de Dezembro de 1834, fundada na pragmática de 24 de Maio de 1749 ; (7) e já teremos excluido os Portuguezes de uma grande importancia no paiz, visto que elles estão de posse do nosso mercado.

3.^a — Adoptar as medidas lembradas no capitulo VI destas memorias, quando tratamos do Clero, não só chamando para todas as nossas fundações do interior a esses Barbadinhos Italianos e Hespanhóes, como admittindo e chamando alguns Jesuitas Allemães, como estão fazendo os Norte-americanos, e já o tinha feito Frederico o Grande para as suas novas povoações da Silesia, etc. Isto seria o unico meio de dar nova e melhor educação ao nosso povo, creando as Escolas do Domingo (Sabbath School) á imitação dos Ingleses, Hollandezes, e Americanos do Norte.

4.^a — Abolir immediatamente todas as nossas Academias, ou Escolas de qualquer especie, substituindo-as por uma ou duas Universidades, para as quaes fossem convidados e admittidos Estrangeiros habilitados para Professores, applican-

do-lhes os Estatutos das melhores Universidades da Alemanha, e esquecendo de uma vez para sempre tudo quanto cheirasse a Coimbra e a seus velhos usos.

5.^a — Começar desde já os estabelecimentos da Colonisação interna com os próprios filhos do paiz, pela maneira exposta no capítulo IV destas Memorias, empregando para este fim a população morigerada no principio, deixando para depois as Colonias de repressão, e preferindo em todo caso as colonias agricolas ás de outro qualquer genero de industria. (8)

6.^a — Exercer uma vigilancia rigorosa, uma polícia conveniente sobre todos os Portuguezes *sem officio*, que viessem de fóra ou já existão no paiz, obrigando-os á espalharem-se pelo interior, e a ocuparem-se na agricultura.

E não digais que aos Portuguezes devemos a prosperidade do Rio de Janeiro ; não, porque Pernambuco, uma das provincias do Brasil, que mais prospera, tem multiplicado a sua população e riqueza desde que de certo modo se independisou dos Portuguezes : á excepção de um ou outro empregado publico, muito antigo na província, alli não exercem os Portuguezes a menor influencia desde Abril de 1852 ; (9) alli elles não terião a audacia de armar os Bolieiros, tambem portuguezes, para espancar os Brasileiros, como fizerão uma dessas noites em S. Francisco de Paula. Bastaria esse unico facto para depôr contra a nossa preconisada nacionalidade.

Desenganemo-nos de que o peior de todos os

nossos males é a nossa origem portugueza ; corrígila, já que não podemos trocal-a, deve ser todo o nosso empenho futuro. Venham, sim, os Portuguezes depois, mas para se confundirem na nossa população já educada e avesada a melhores hábitos, e não para virem servir de modelos como até aqui. Juro-o por minha alma, que para mim tenho por tanta calamidade um navio negreiro chegado á nossas costas, como um navio carregado de *Portuguezes novos*. (10) Negros ou brancos, tão prejudiciais são uns como outros : nem mais talento, nem mais indústria senão para o roubo, nem melhores costumes ; enfim regulão pelo mesmo, com a diferença de aprenderem os Portuguezes mais depressa a língua do paiz, porque já falão uma especie de *patuá*, que se assemelha um pouco.

Quem vir a organização actual da nossa Sociedade política, quem reflectir um pouco sobre o que passa entre nós, difficilmente acreditará que temos 20 annos de Independencia !! Pois como ? Somos acaso independentes ? de quem, pergunto eu !!! E' tanta a influencia dos Portuguezes neste Rio-de-Janeiro, que elles se julgão ainda no estado primitivo ; e não é isso illusão : desgraçado do Brasileiro, que passa por inimigo dos *Chumbos* ! oh ! quanta guerra ! oh ! que perseguição ! e tudo isto vem desde o Palacio Imperial, onde a familia Magalhães exerce decidida influencia, até da mais infima repartição publica.

Emfim o sofrimento tem seu limite, e é mister que este estado violento acabe quanto antes : um povo estranho imbutido dentro de outro com

iguas direitos políticos, porém com muita superioridade, porque emsím D. Pedro colocou os Portuguezes nos primeiros degráos de todas as gerarchias, e deu-lhes rapido acceso, é a anomalia mais extravagante, que pôde existir na natureza dos Corpos políticos ; é um contraste de todas as regalias, de todos os foros, de todos os direitos de um povo Soberano ; é um escarneo da nossa Independencia. Cada Portuguez empregado entre nós é um pasquim ambulante contra a nossa capacidade intelectual ; cada Conde, cada Marquez, cada General, Senador, ou Ministro d'Estado Portuguez é um ferrete impresso na nossa frente, que diz — **COLONOS COMO D'ANTES — !!!** — E haverá Brasileiro, que se não envergonhe deste estado de abatimento, em que jazemos por incuria, por desleixo, por abandono, e por decidia ? Sim, ainda ha, porém esse não val mais que o mais infimo Portuguez : é um escravo nascido no paiz, mas não é homem. (14)

BRASILEIROS !! Chegou a época da nossa emancipação politica : abaixo os Portuguezes-brasileiros ! Sirva ao menos este nobre e patriótico pensamento de laço de união entre os partidos : olvidemos por um momento as nossas desavenças domesticas, ou por outra reunamo-nos para tornar a Independencia uma realidade, e todas ellas desapparecerão de uma vez. Uma bandeira, um só partido, uma só palavra sagrada, e tudo será feito : *a Independencia de facto !!* eis-ahi a vossa bandeira : *Brasileiros natos !!* eis-ahi o vosso partido : a Integridade do Impe-

rio ! ! eis-ahi a vossa palavra sagrada. Se tiverdes juizo e perseverança, tudo isto é obra de um momento, porque ao primeiro grito bem pronunciado nossos inimigos deixarão o campo, e senão os arrojaremos para fóra do paiz, e será talvez o melhor partido.

O Governo, porém, dizem alguns, sustenta os Portuguezes porque se apoia no seu numero, e na sua influencia. (12) Ainda assim, e o que se vos dá um Governo tão infame, tão vil, e tão anti-nacional, se o ha, que se escuda nos estrangeiros contra o voto geral do paiz, contra o amor proprio, contra o orgulho nacional offendido, contra tantos interesses, que se disputão, contra tantas esperanças malogradas até hoje, e que se renovão com o vosso grito de entusiasmo, com o vosso brado de Independencia, com a vossa dedicação patriotica ? Esse Governo, se existe, desappareceria diante da vossa bandeira como o sumo dissipado pela viracão. (13)

Sabeis porque os brasileiros estão divididos, sabeis porque se não entendem, porque não curão de si ? É porque lhes falta um estímulo, um sentimento que os aguillõe, falta-lhes o amor da patria, que até hoje não tem sido para seus filhos senão uma madrasta. *Brasileiros ! arranquemos das mãos dos Portuguezes o laço nacional : Viva a Independencia de facto ! Viva os Brasileiros natos ! — Viva a Integridade do Imperio !!!*



NOTAS.

(1) A meados de 1842 publicou-se no Rio de Janeiro um artigo solto muito importante, trazendo no fim a lista dos Portuguezes empregados nos primeiros e mais honrosos cargos do Imperio, depois de 20 annos de supposta Independencia. Eis-ahi os seus nomes como descreve o citado artigo, que aqui copiamos fletamente.

Ministro da Guerra — José Clemente Pereira.

Chefe de Policia da Corte — O Desembargador Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara. (*)

Presidente da Relação do Rio de Janeiro — O Desembargador Vernek.

Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional — O Conselheiro José Antonio da Silva Maia.

Inspector da Caixa da Amortisação — O Marechal de Campo Francisco Cordeiro da Silva Torres.

Mordomo-Mór da Casa Imperial — O Marquez de S. João da Palma.

Commandante das Armas da Corte — O Tenente General Manoel Jorge Rodrigues.

(*) Este nasceu na Costa d'Africa, e hoje governa o Brasil debaixo da tutella de seu padrasto José Clemente !!

Commandante Geral da Guarda Nacional da Corte — O Tenente General Lazaro José Gonçalves.

Director da Academia Militar — O Marechal de Campo Salvador José Maciel.

Director da Academia de Marinha — O Chefe de Divisão Jacinto Roque de Senna Pereira (o famoso heroe do Uruguay, que entregou a Brown 16 embarcações em 1827, de 19 que ali commandava).

Director do Arsenal de Guerra da Corte — O Coronel João Eduardo Colasso Amado. (Este miseravel, sendo Capitão d'Artilharia em Portugal, foi demittido pelo Marechal Beresford, dizem que por cobarde; e aqui restituído ao seu posto, e mandado para as Alagoas, porque dessa gente, a que não servia para Portugal, julgava-se excellente para o Brasil).

Director do Arsenal de Marinha — O Chefe de Divisão Antonio Joaquim do Couto.

Ajudante General, Encarregado do Expediente do Quartel General de Marinha — O Chefe de Divisão Frederico Mariath.

Director da Fabrica da Polvora — O Brigadeiro João Carlos Pardal.

Director do Archivo Militar — O muito valente Marechal de Campo Antonio Elisiario de Miranda e Brito, heróe do Cahy, e que entregou no Rio Pardo 1200 homens aos rebeldes em 1838.

Commandante em Chefe do Exercito do Rio

Grande — Era o Conde do Rio Pardo, que acaba de ser demittido, sendo novamente offerecido aquelle commando ao Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares de Andreas, que o recusou por ora.

Acaba de partir para S. Paulo, como segundo do Barão de Caxias — o Coronel José Leite Pacheco, Portuguez o mais immoral, relaxado, e despresivel d'entre todos quantos existem entre nós.

Inspector da Casa de Correcção — Thomé Joaquim Torres, Cirurgião portuguez da Esquadra do Maximiano, que veio em 1822 reconquistar o Brasil.

Finalmente a maior parte dos Membros do Supremo Conselho Militar é composta de Portuguezes, que tem de julgar da honra, e da vida dos Brasileiros ; muitos Membros do Supremo Tribunal de Justiça e da Relação, e a maior parte dos Officiaes Generaes do nosso Exercito e Armada são Portuguezes ; tres dos Conselheiros d'Estado ultimamente nomeados são igualmente Portuguezes, e nas duas legações mais importantes, que temos na America, forão enviados para ellas dois Portuguezes, tão ignorantes como obscuros e desconhecidos (para Montevideo um tal João Francisco Regis, e para Buenos-Ayres o cirurgião de navio Duarte da Ponte Ribeiro) ; e isto, segundo apregôa o Sr. José Clemente, porque não possuimos Brasileiros, que possão representar-nos dignamente nesses dois Povos, americanos como nós — e ainda diremos que somos independentes ? de quem ? pergunto eu ! !

O Editor.

(2) Alem do que fica demonstrado na nota precedente, temos a prova desta primazia aqui mesmo em Pernambuco, onde o Bispo é Portuguez, e tão emperrado, que na sua casa não emprega um só Brasileiro, e até o seu secretario é Portuguez ; o Delegado do mesmo

Bispo é tambem Portuguez. Portuguezes são o Comandante das Armas, o Inspector da Thesouraria da Fazenda Nacional, o Inspector da Pagadoria Militar, o Inspector do Arsenal de Marinha, Capitão do Porto e o seu Ajudante, o Inspector da Alfandega, que acaba de ser aposentado, o Secretario da Administração do Patri-ménio dos Orfãos, um dos Desembargadores da Relação de Distrieto, e todos os Officiaes Generaes ora existentes na Província ; até o Director dos hospitaes militares é tambem Portuguez. São estes por certo os cargos mais importantes do paiz, e para elles ainda as portas estão feichadas aos filhos do Brasil depois de 27 annos de emancipação politica !! Quem o diria ? *O Editor.*

(3) Não ha muitos annos conspirarão-se os Americanos do norte contra os Irlandeses na Cidade de Philadelphia por motivos politicos, e incendiárao a maior parte dos Templos Catholicos, de maneira que foi preciso que da capital do Estado da Pensilvania marchasse uma força de doze mil homens de milicias para conter o povo desesperado contra os seus importunos hospedes. Ainda este anno aconteceu um facto muito estrondoso na cidade de Nova Yorck por causa da rivalidade entre Americanos e Inglezes, e nem por isto ainda alguem se atreveo a apellidar selvagem aquelle povo, o mais civilizado do Continente americano. Uma disputa de preferencia entre dois comicos, um Inglez de nome *Mercady*, e outro Americano chamado *Perresk*, celebre tragico, produzio um motim tão furioso entre Inglezes e Americanos, que não só interveio a policia, como a tropa de milicia, e houve um tal conflicto, que as victimas passarão de sessenta entre mortos e feridos ; o povo desesperado incendiou o theatro. No dia seguinte lião-se em todas as esquinas cartazes violentos em grandes letras, desafiando a vingança nacional. Eis-ahi o primeiro periodo de um desses cartazes — « Americanos ! levantai-vos ; chegou a hora da grande crise. Decidi agora se os aristocratas inglezes, e os estrangeiros devem triunfar nesta metropole da America. » —

Haverá seis para sete annos, pouco mais ou me-

nos, quando estava emigrado na ilha de Cuba o General Santanna, e se dizia que elle promovia a restauração da monarquia no Mexico, forão expulsos deste paiz todos os Hespanhoes sem distincção de sexo nem idade, até homens de 90 annos e cegos. Esta medida foi também tomada na republica do Equador, quando se tratou ultimamente de uma expedição organisada pelo General Flores na Europa. Finalmente pôde dizer-se, que em nenhuma outra parte da America os filhos das antigas metropoles gozão de tanta segurança, de tantas preeminentias como no Brasil, e até com escandalosa preferencia sobre os filhos do paiz. E porque vos admiraes de que o espirito nacional reaja contra semelhante anomalia ? Estúpidos e cegos que não vedes o abismo cavado pélas vossas próprias mãos !!! O Editor.

(4) Estimamos muito poder offerecer aos nossos leitores uma prova irrefragavel, do que aqui diz o autor desta Memoria, no *Diario de Pernambuco* de 17 de Janeiro de 1848, Correspondencia de Lisboa na parte biographica do Coronel Lapa, etc. O Editor.

(5) Houve quem perguntasse a um dos Ministros d'Estado d'aquellea época a razão de semelhante nomeação, e elle teve a imbecilidade ou a torpesa de responder, que tinhão escolhido o *Regis*, porque era casado em Montevideo com a sobrinha de uma prostituta, que ali tinha uma taverna (Pulperia) muito frequentada pelos soldados e marinheiros, e por consequencia em relação com as classes baixas. O resultado foi, que a Bandeira do Imperio vio-se atrozmente insultada na pessoa deste seu representante, porque um tal *Garibaldi*, ao serviço de Montevideo (o mesmo que hoje está figurando na Italia) lhe entrou pela porta dentro, e depois de o descompor solemnemente, o desafiou, e a final teve que sahir fugindo da praça para bordo de uma embarcação com medo de uma roda de pão. Derão-nos, é verdade, uma satisfação, porém a emenda foi peior que o soneto, e ficamos enxoalhados. Mandárão ainda outro Portuguez para Buenos Ayres, e aconteceu-nos peior: não

era Official de Marinha, senão de inferior condição, porque era um mau Cirurgião de navio, chamado Duarte da Ponte Ribeiro, hoje Official da Secretaria dos Negocios Estrangeiros, graças ao Sr. José Clemente.

O Editor.

(6) A prova desta asserção está na passada guerra com o Mexico, nação de oito milhões de habitantes, para cuja conquista apenas os Norte-americanos empregáram um exercito nunca maior de 35:000 homens. No mez de Maio de 1846 foi declarada a guerra, e já em Setembro do mesmo anno Monterey estava em poder dos Americanos. Em 22 de Fevereiro de 1847 o General Taylor derrotava ao General Sant'Anna nas planicies de Buena Vista ; em 29 de Março occupava o General Scott a importante praça de Vera-Cruz. Finalmente os Norte-americanos occupáram a Capital do Mexico no dia 14 de Setembro do mesmo anno de 1847, um anno depois da tomada de Monterey, depois das gloriosas victorias alcançadas contra os Mexicanos em Serrogordo, Perote, Puebla de los Angeles, Contreras, Cherabusco, Molino d'El-Rey, etc. A paz foi a consequencia destas victorias, e foi firmada no dia 2 de Fevereiro de 1848 pelo Tratado, em que os paizes da California e do Novo Mexico forão declarados propriedade legitima dos Estados Unidos.

Veja-se agora o reverso desta medalha na nossa luta com Buenos-Ayres desde 1825 a 1828, em que por motivo de varios revezes D. Pedro teve de assignar (em 28 de Agosto de 1828) o tratado mais afrontoso, a que jámais se submetteo um grande povo. Para contrastar Serrogordo, Buena Vista, Contreras, etc., tivemos Sarandy e o Passo do Rosario ; emfim era a luta entre o Leão e o Burro, e sem embargo fomos escouceados completamente ; e porque ? porque não tínhamos, como ainda hoje, nacionalidade. *O Editor.*

(7) **Camara Municipal de Lisboa.**

« Sendo uma verdade infelizmente confirmada por



uma triste experientia, que uma grande parte dos estrangeiros, neste reino, ao mesmo tempo que procurão aniosamente, e sem poupar até a legalidade de meios, tirar deste paiz o maior partido possivel, se esquivão por outro lado a prestar-lhe o mais pequeno auxilio, inculcando-se alternativamente ora nacionaes, ora estrangeiros, segundo seus particulares interesses lhes aconselhão : a camara municipal de Lisboa, em beneficio dos naturaes deste reino, e authorisada pela pragmatica de 24 de Maio de 1749, e alvará de 18 de Maio de 1757, determinou por accordão de vereação, lavrado no livro respectivo em sessão de 22 do corrente, não mais conceder, nem reformar licenças, a estrangeiros para venderem pelo miudo, pelas ruas, tendas estaveis, ou vòlantes, ou em quaesquer armações, bebidas espirituosas, quinquilharias, ou quaesquer outras fazendas, concedendo não obstante, por effeito da resolução tomada em sessão de 29 tambem do corrente, aos que tiverem licença, o prazo de tres mezes, a contar da publicação deste para concluirem as transaccões, que houverem a fazer em virtude do determinado no dito accordão : deyendo comtudo ser indemnizados aquelles, que tiverem licença de maior prazo, ficando sujeitos ás penas das posturas, os que contravierem ao aqui determinado. E para que chegue ao conhecimento de todos se mandou affixar o presente. »

Camara, 30 de Dezembro de 1834. — O secretario, João Antonio dos Santos.

(8) O Capitulo IV das Memorias, a que se refere o autor, já foi aqui publicado o anno proximo passado, no *D. novo*, e na *Barca de S. Pedro*, debaixo do titulo — *Colonisação que convem ao Brasil* — Recomendamos de novo a leitura deste importante documento, o qual revela grande erudição, grande patriotismo, e muito conhecimento pratico de tudo quanto pôde interessar aos filhos do Brasil. *O Editor.*

(9) Com effeito, depois da *Abrialada* desapareceu como por encanto a influencia dos Portuguezes na pro-

vincia, e dahi em diante erão elles muito mais felizes, vivendo ao abrigo das leis, sem tomarem parte na politica interna. Infelizmente na primeira administração do Sr. Barão da Boa-vista começáram de novo a apparecer; mas foi na sua segunda infesta administração que os Portuguezes alçáram o collo, e se apoderáram de todos os ramos do Commercio, já por via do infame trafico da escravatura, que foi levado a um escandaloso excesso e desenvoltura, como pelo contrabando de toda a especie, e sobretudo pela introducção de notas falsas, com tão desmedido escandalo, que muitos fizerão rapida fortuna, como um tal Navalhão, Lima, Penna, e outros de eterna memoria. Desde então data outra vez a progressiva decadencia da província pelos males, que nos trouxe a immoralidade espantosa dos Portuguezes. O Exm. Sr. Honorio Hermetto Carneiro Leão deve estar lembrado das queixas e do clamor publico contra a segunda administração do Sr. Barão da Boa-vista por esta causa. Agora mesmo acabão os Portuguezes de tomar parte muito activa na luta, que ensanguentou a província, até pelas demonstrações de regosijo, que derão por tanto sangue brasileiro derramado, e abusando do nome da Associação Commercial para um acto religioso, não só sacrilego mas contrario ao Evangelho, como acaba de revelar o Secretario da mesma Associação pelo *D. de Pernambuco* de 28 de Setembro deste anno n. 216.

O Editor.

(10) No *Jornal do Commercio* n. 300 de 10 de Novembro de 1842 vem um Aviso do Governo portuguez, chamando a emigração portugueza, que vinha para o Brasil, *escravatura branca*, com o fim de restringir este trafico, tão prejudicial aos interesses do Reino como ao da Costa d'Africa; assim é que a denominação não é nossa, e se classificamos os Portuguezes como os negros, é porque assim os classificou o seu governo, que bem sabe a razão porque os tem nessa conta.

(11) Em um dos Orçamentos do Ministerio da Guerra de 1841 ou 42 erão contemplados 104 Officiaes Gene-

raes, entre reformados e activos, dos quaes dois terços erão portuguezes.

Ainda em 1843, vinte e um annos depois da independencia, o governo do Brasil não achou um Brasileiro digno de ser Bispo da provincia de Minas, e nomeou para tão importante e honroso cargo a um Portuguez, o Padre Antonio Ferreira Viçoso, actual Bispo de Mariana.

Em 1846 o mesmo governo do Brasil tambem não achou um Brasileiro digno de ocupar no Exercito um só cargo importante. Eis-ahi algumas nomeações daquelle anno, que todas recahirão em Portuguezes :

Conselheiro de Guerra — O Tenente General Francisco José de Sousa Soares de Andrea.

Vogal do Supremo Conselho Militar — O celebre Marechal de Campo Antonio Elio Sario de Miranda e Brito, o heroe do Cahy e do Rio Pardo.

Commandante em Chefe do Corpo de Engenheiros — O Brigadeiro graduado Firmino Herculano de Moraes Ancora, de quem disse muitas vezes o Sr. Barão da Boa Vista, que era tão ignorante como incapaz do exercicio da sua profissão.

Director do Arsenal de Guerra da Corte — O Marechal de Campo João Carlos Pardal.

Commandante das Armas do Rio Grande do Sul — O Brigadeiro José Joaquim Coelho.

Commandante das armas da Bahia (para substituir o Andrea) — O estupido coronel José Feliciano de Moraes Cid.

Commandante do 4º Batalhão de Fuzileiros — Um tal Villasboas, julgado em conselho de guerra por cobarde ; etc., etc., etc.

Na Marinha ainda forão peiores as nomeações, como provaremos na conclusão destas notas.

Ainda por occasião do Baptizado da Princeza Imperial, no dia 15 de Novembro de 1846, se concederão

quatro titulos de Conselho, e entre elles só um a Brasileiro : tres forão a tres Portuguezes miseraveis e sem importancia :

Diogo Soares da Silva Bivar : rabula, que veio degradado para Pedras-negras.

Duarte da Ponte Ribeiro : Cirurgião de navio, o mesmo que nos comprometteu com Rosas, sendo Encarregado de Negocios em Buenos Ayres.

João Martins Lourenço Vianna : homem obscuro, que dizem fôra taverneiro no tempo do Rei velho.

Dezembarquador *Francisco Gomes de Campos* : unico Brasileiro — meio aportuguezado. (*Diario de Pernambuco* de 23 de Dezembro de 1846).

Sem embargo, nada prova tanto contra a nossa abjecção actual, como o seguinte facto : ainda em 1845 os Brasileiros não acháram um homem nascido no Brasil capaz de presidir a nenhuma das duas camaras legislativas : forão Presidentes, do Senado o muito celebre Conde ou Marquez de Lages, mulato do Alemtejo, cujo avô fôra escravo, como dizia o mesmo D. Pedro 1º, que o elevou ; e da Camara dos Deputados o muito famigerado Limpo de Abreu — ao menos este tem mais talento, e alguma instruccion.

O Editor.

(12) Desgraçadamente assim parece, porque depois do infasto dia 2 de Fevereiro, o Governo deu a alguns habitos e commendas aos chefes, que defenderão a sua causa em Pernambuco, mas só forão imediatamente promovidos o Brigadeiro José Joaquim Coelho, Capitão de mar e guerra graduado Rodrigo Theodoro de Freitas, e o Capitão de fragata Joaquim José Ignacio, todos tres d'alem-mar ; e note-se que o tal Joaquim José Ignacio era o trigesimo da sua classe, e por consequencia preteriu 29 Capitães de fragata, entre elles a al-

guns Brasileiros muito distintos. Em fim desengane-mo-nos que esta terra é dos Portuguezes. *O Editor.*

(13) Quem diria que, ainda em 1849, havia de existir um governo tal qual descreve o autor deste artigo, sustentado pelos Portuguezes, não só adoptivos como estrangeiros, empregados no infame trafico da escravatura, e que por cumulo dos nossos peccados havia de sacrificar os brios do paiz aos sordidos interesses desses mesmos traficantes !! Quem diria que um tal governo atravessaria impunemente uma época tão calamitosa, affrontaria a nacionalidade brasileira, e faria vergar o orgulho nacional ante o idolo do contrabando de carne humana !! Ah ! como se enganou o nosso amigo, julgando talvez por si, a respeito do entusiasmo, com que de boa mente cria, que o povo sustentaria os seus fóros em presença de um governo tão antinacional como elle supoz !! E todavia esse governo existe para opprobrio da geração presente, e sua vida vae longa, posto que repassada de affrontas e de vilipendios, que resvalão sobre suas couraças de impudencia e descaramento. O que dirão de nós os povos livres do velho e do novo mundo ? Com que direito diríamos aos Inglezes — *separai a nossa causa da dos contrabandistas de africanos ! !* — Com que direito diríamos amanhã aos povos nossos conterraneos — *somos livres e independentes como vós ! ! !* — Uns e outros nos cuspírião na face de nojo, porque consentimos na miseria da nossa condição. Com bem pesar nosso temos de dizer, que o nosso amigo enganou-se, e que a sua bandeira esfarrapou-se antes de despregar-se ao sopro do patriotismo brasileiro.

CONCLUSÃO DAS NOTAS.

Querendo nós apresentar os traços mais caracteristicos da fisionomia actual do Imperio do Brasil, dirijimo-nos a um amigo no Rio de Janeiro, empregado em uma das repartições da marinha, pedindo-lhe informações sobre o estado do pessoal da nossa armada, o que elle fez com pontualidade, e em data de Setembro ultimo, mandando-nos a seguinte lista dos Portuguezes empregados nas diversas repartições da marinha, commandos effectivos, commissões importantes, e postos eminentes. Com um tal pessoal não podemos ter marinha, nem nacionalidade, porque os Brasileiros apenas são tidos como estrangeiros na sua propria terra. Eis ahi os nomes e empregos dos Portuguezes na marinha militar do Brasil, depois de 27 annos da supposta independencia.

Portuguezes empregados no Quartel General da Marinha e outras Comissões no Rio de Janeiro.

Encarregado do Expediente — O Chefe de Esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim.

Inspector e Capitão do Porto — O Chefe de Divisão Antonio Pedro de Carvalho.

Ajudante do Inspector — O Capitão Tenente Antonio Felix Corrêa de Mello.

Intendente — O Chefe de Divisão João Francisco Regis.

Contador da Marinha — O Capitão de mar e guerra honorario Antonio José da Silva.

Commandante da Academia de Marinha — O Chefe de Divisão reformado Jacinto Roque de Senna Pereira — o mesmo heróe do Uruguai !!!

2.º *Commandante da mesma Academia* — O Capitão de fragata João Henrique de Carvalho e Mello.

Commandante do Corpo de Imperiaes Marinheiros — O Capitão de mar e guerra José Maria Ferreira, que substituiu também a outro português de igual classe Pedro da Cunha, processado por haver distraído os dinheiros da caixa do corpo, assim como o seu imediato, que também era português, o Capitão Tenente Antonio Francisco da Paixão. Isto não necessita de commento nem de notas, é mais claro do que a luz meridiana.

Commandante do Corpo de Fuzileiros navaes — O Capitão de mar e guerra Francisco da Silva Lobão.

Portuguezes empregados nos principaes commandos, e outras commissões da armada nas diversas províncias do imperio.

RIO GRANDE DO SUL.

Commandante da Divisão naval — O Capitão de mar e guerra José Maria Wandenkok.

Empregados na Barra — Os Primeiros Tenentes Manoel Moreira da Silva, e Manoel Joaquim de Souza Junqueira. Parece uma especie de acinte aos Rio-grandenses.

SANTA CATHARINA.

Capitão do Porto — O Capitão Tenente Francisco José de Mello.

SANTOS.

Capitão do Porto — O Capitão Tenente Sabino Antonio da Silva Pacheco.

BAHIA.

Inspector do Arsenal e Capitão do Porto — O Chefe de Divisão José Joaquim Raposo.

PERNAMBUCO.

Inspector do Arsenal e Capitão do Porto — O Capitão de mar e guerra Rodrigo Theodoro de Freitas.

Ajudante do Capitão do Porto — O 1.º Tenente Francisco Duarte da Costa Vidal — Este nem adoptivo é, porque é portuguez de pa-peleta.

PARAHIBA DO NORTE.

Capitão do Porto — O Capitão de mar e guerra Antonio Firmino Coelho. A conducta desse oficial é horrivel, e os seus proprios companheiros dizem que é um ebrio e deboxado ; mas a quem foi elle substituir ? ao unico Brasileiro, que era Capitão do Porto no Brasil, ao muito distinco Capitão de Fragata Caetano Alves de Souza Figueira!!!

MARANHÃO.

Capitão do Porto — O Chefe de Divisão graduado Francisco de Assis Cabral de Teive.

Commandante da Divisão naval — O Capitão de Fragata Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo.

Ajudante do Capitão do Porto — O 1.º Tenente Severiano Nunes. Este é tambem portuguez de papeleta.

PARA'

Capitão do Porto — O Capitão de mar e guerra Antonio Leocadio do Couto.

**Commandos das duas unicas fragatas,
que possuimos.**

Commandante da Fragata Constituição — O mais que muito celebre, hoje Capitão de mar e guerra, Joaquim José Ignacio, que aqui foi durante a luta commandante da Divisão naval.

Commandante da Paraguassú — O Capitão de mar e guerra João Baptista de Souza.

2.º *Commandante da mesma* — O Capitão Tenente Pedro Ignacio Moroni.

Curvetas.

Commandante da Curveta União — O Capitão de Fragata Francisco Manoel Barroso.

Commandante da Curveta D. Januaria — O

Capitão Tenente Francisco Xavier de Alcantara. A Curveta D. Januaria veio a Pernambuco commandada pelo Capitão Tenente José da Fonseca de Figueiredo, que é brasileiro nato, e por consequencia incapaz de semelhante honra; para remediar esta *falta*, lembrou se o governo do Rio de Janeiro de passal-o para 2.º Commandante da Curveta Euterpe, nomeando para substituilo, no commando da D. Januaria, ao Sr. Alcantara, que em fim nasceu em Portugal, a melhor habilitação para os primeiros commandos dos navios da esquadra brasileira! Ora cebo!

Vapores de guerra.

Commandante do Guapiassú — O Capitão Tenente Guilherme Carlos Lassance e Cunha.

Idem do Thetis — O Capitão Tenente Antonio Francisco Pereira.

Idem do D. Pedro — O Capitão Tenente José Maria Nogueira.

Idem do Urania — durante a sua commissão na luta de Pernambuco — o Capitão Tenente José Eduardo Wandenkok; tão ignorante que nunca sabio em commissão, que não tocasse em alguma pedra, ou arrebentasse a caldeira, etc.

Brigues e Brigues-escunas.

Commandante do Caliope — O Capitão Tenente Antonio Carlos Figueira de Figueiredo.

Idem do Guararapes — O Capitão Tenente José Maria Rodrigues.

E tudo isto alem do emprego de Bibliotecario da Academia, que exerce o Capitão Tenente Henrique Hoffsmith, que é francez, e do commando da Curveta *Dous de Julho* pelo capitão de mar e guerra Guilherme Parker, Inglez, e do commando do Brigue-escuna Nitheroi pelo Capitão Tenente M. Hannibal Boldt, que é Alemão, etc. A lista porém dos officiaes superiores da armada, que são portuguezes, e por ora desempregados, é numerosa, e não só dos officiaes propriamente de marinha, como honorarios de fazenda da armada, como se vê da seguinte relação :

Commissarios de numero de Não portuguezes.

Francisco Romão Ribeiro.

Antonio Francisco da Costa Arcias.

José Nunes Ribeiro.

José Antonio de Oliveira.

Commissarios de numero de Fraga — idem.

Francisco Adrião Pereira.

Luiz José de Victoria — este é até de papeleta.

Ignacio José Mendes.

Ramon Henriques — este é propriamente gallego.

Na mesma carta, á que nos referimos, diz o nosso amigo, que deixou de incluir muitos immediatos em commando de navios de guerra, que tambem são portuguezes, pela pressa, assim como empregados n'outras

comissões ; porém nos assevera, que quasi todos os Cirurgiões do numero são Portuguezes, assim como tambem o são todos quantos exercem os lugares de Patrão-mór nas provincias onde os ha. No Rio de Janeiro quasi todos os mestres das officinas do arsenal são Portuguezes, assim como tambem são Portuguezes todos os officiaes marinheiros dos navios da armada, os quaes são tratados pelos officiaes seus patricios com uma tal consideraçāo, que os torna insolentes e insubordinados ; e para prova ahí vae um exemplo.

Era Guardião da Curveta Euterpe um tal José Maria, portuguez beberrão, deboxado, e immoral á toda prova ; um dia faltou ao respeito, e até insultou de palavras, e ameaçou a um Tenente da mesma Curveta estando de quarto, com tal escandalo que não houve outro remedio senão rebaixal-o a segundo marinheiro. Mas, o que fez o Sr. Joaquim José Ignacio, Comandante da Divisão naval nesta província ? dias depois mandou passar o parceiro José Maria para bordo do Caliope, que é commandado pelo Sr. Capitão Tenente Antonio Carlos Figueira de Figueiredo, tambem d'alem-mar, onde foi imediatamente reintegrado no seu posto de Guardião com todas as suas insignias de fardeta e de chibata, e ainda lá existe actualmente *para exemplo da disciplina militar*.

O que ha porém de mais notavel é, que este José Maria, na sua qualidade de Guardião, armado d'um varapão, era quem recebia os pobres Pernambucanos, denominados *prisioneiros*, que forão no dia 2 de Fevereiro para bordo da Curveta. Logo que o infeliz punha o pé na coberta, era recebido por uma trovoada de pauladas, até que descia para o purão, sem escapar um só que deixasse de receber o baptismo de pão do Guardião José Maria, e do mestre da mesma Curveta, que tambem é portuguez ; e tudo isto acompanhado com um chuveiro de apodos e de improperios. E note-se igualmente, que a bordo da Curveta estavão alguns Portuguezes refugiados, e nessa noite até os mais distintos Pernambucanos forão alli maltratados, talvez para comprazel-os — está subentendido, que o Comman-

dante da Curveta tambem era Portuguez, e dizem que tão estupido como cobarde.

A' vista pois de todos estes factos, de todas estas provas incontestaveis, de todos estes dolorosos exemplos, haverá ainda alguem que diga, que somos independentes, ou que temos uma patria neste paiz de miserias e de aviltamento ? não de certo ; e com tudo não poderíamos queixar-nos com justiça de ninguem senão de nós mesmos, que soffremos porque assim nos apraz, verificando o antigo adagio — *quem morre por seu gosto, acaba por seu regalo.* —

O Editor.



ESTUDOS HISTORICOS.



Incertum quo fata ferunt!

ESTUDOS HISTORICOS.

MONARQUIA PORTUGUEZA E BRASILEIRA.

*Não selles as palavras das
Profecias deste livro : por
que o tempo está proximo.*

A poc. XXII v. 10.

Tres linhas ou dynastias tem reinado em Portugal, posto que da mesma Familia, no espaço de sete seculos. A 1.^a foi a de Henrique o Burgonhez : a 2.^a a do Mestre de Aviz : e a 3.^a a do Duque de Bragança, ainda hoje existente no Bra-

sil. O 1.^o Rei de Portugal D. Affonso Henriques, filho do Conde Henrique o Burgonhez, foi reconhecido Rei pelo Papa Alexandre III pelos annos de mil cento e setenta e tantos, e a sua descendencia legitima ou dynastia chegou até el Rei D. Fernando o Formoso, morto no anno de 1583. Esta linha ou dynastia durou por tanto pouco mais de dois seculos.

A 2.^a linha ou dynastia foi a do Mestre de Aviz (D. João I) filho bastardo de D. Pedro I e da famosa Thereza Galega ; cuja dynastia começou nesse mesmo anno de 1583, e acabou na pessoa do Cardeal Rei D. Henrique, morto sem successão no anno de 1580. Esta linha durou por tanto dois seculos menos tres annos, seguindo-se depois della a usurpação dos tres Filipes.

A 3.^a linha ou dynastia é a do Duque de Bragança (D. João IV), (1) que começou a reinar em

(1) Dissemos que tres linhas ou dinastias tinham reinado em Portugal, posto que da mesma familia ; por tanto convem provar, que o Duque de Bragança, depois D. João IV, era da mesma raça Burgonheza.

D. João I, chefe da 2.^a linha, era, como fica dito, filho bastardo d'El-Rei D. Pedro I, e apesar de haver deixado D. Fernando o Formoso uma filha legitima, e portanto herdeira do throno, e ainda existir um Príncipe, filho legitimo de D. Pedro I e da infeliz D. Ignez de Castro, com tudo fez-se D. João Rei de Portugal, ou fel-o o invencivel Condestavel D. Nuno Alvares Pereira pelo seu braço e pela sua lança.

D. João I casou com D. Filippa, filha do Duque de Lancaster, da qual teve oito filhos legitimos, e alem destes teve tambem de uma *Judia*, segundo referem as

1640, e ainda existe no Brasil na pessoa do Sr. D. Pedro II; mas acabou em Portugal com a morte de D. Pedro IV em 1834. Durou por tanto em Portugal dois séculos menos seis anos, e no Brasil dois séculos e sete anos (1847) até o presente.

chronicas daquelles tempos, dois bastardos: D. Affonso, a quem fez Conde de Barcellos, e D. Beatriz que casou com o celebre Conde de Arundell em Inglaterra. O bastardo D. Affonso, Conde de Barcellos, casou com D. Beatriz, filha unica do Condestavel D. Nuno Alvares (*), e no reinado de D. Affonso V, seu sobrinho, foi elevado á dignidade de primeiro Duque de Bragança, cujo neto D. Fernando, 2.º Duque deste nome, foi decapitado em Evora em virtude de um processo crime mandado fazer por el-Rei D. João II. Sem embargo, rehabilitada a sua memoria, continuou no filho do suppliciado a Casa de Bragança, da qual D. João IV era o 8.º Duque. Se a 1.ª e a 2.ª linha ou dinastia tinhão começado por uma bastardia, a 3.ª proveiu de duas, porque D. Affonso, primeiro Duque de Bragança, era bastardo do bastardo D. João I.

Todavia D. João IV não fez consistir seus direitos ao throno de Portugal na bastardia de seu primeiro avô, como o mestre de Aviz na sua; mas sim fel-os proceder de sua avó a Duqueza D. Catharina, filha 2.ª do Infante D. Duarte, e por consequencia neta d'el-Rei D. Manoel. A historia nos diz que, por morte do Cardenal Rei D. Henrique, entre todos os pretendentes ao throno de Portugal, era a Duqueza de Bragança D. Catharina aquelle a quem Philippe 2.º mais temia, e por

(*) O Condestavel D. Nuno Alvares era filho do 1.º Grão Prior do Crato D. Alvaro Gonçalves Pereira.

Na 1.^a destas linhas houverão 9 Reis, a saber: 1.^o. D. Affonso Henriques = 2.^o D. Sancho I = 3.^o D. Affonso II = 4.^o D. Sancho II = 5.^o D. Affonso III = 6.^o D. Diniz = 7.^o D. Affonso IV = 8.^o D. Pedro I = 9.^o e ultimo D. Fernando o Formoso. Nesta primeira linha reinarão dois irmãos, que forão D. Sancho II e D. Affonso III.

isto lhe mandára offerecer a Corôa do Brasil para si e seus descendentes, se quizesse desistir do direito á Corôa de Portugal, offerecimento que ella regeitára. (*) O que são porém os destinos humanos!! esta Corôa regeitada então pela Duqueza D. Catharina, veio cingil-a no Brasil seu 6.^o neto D. João VI por uma destas circunstâncias fóra da previsão humana, e hoje está collocada na cabeça da ultima vergonha desse tronco.

Dissemos igualmente que, segundo as chronicas daquelles tempos, tivera D. João I um filho bastardo de uma *Judia*, o qual fôra o 1.^o Duque de Bragança, e para provar esta circunstância ha um facto bem caracteristico, que tambem referem os Chronistas posteriores, dizem uns que acontecido em tempo d'el-Rei D. João V com o Duque de Cadaval, e outros referem-no como passado muito depois no reinado da Sr.^a D. Maria I com seu tio o Duque de Alafões. — Cingir-nos-hemos á esta ultima época, que quando muito não passa de um erro de data.

Dizem que na administração reactora da Rainha contra tudo quanto tinha feito o grande Marquez de Pombal, lembrarão-se de reviver a odiosa distinção entre Christãos novos e Christãos velhos, mandando-se

(*) Diz um historiador moderno, que Philippe 2.^o offerecendo a Corôa do Brasil, e a Duqueza de Bragança regeitando-a, nenhum delles sabia o que fazia.

Na 2.^a destas linhas houverão 8 Reis, a saber: 1.^º D. João I — 2.^º D. Duarte — 3.^º D. Affonso V — 4.^º D. João II — 5.^º D. Manoel — 6.^º D. João III — 7.^º D. Sebastião — 8.^º e ultimo, o Cardeal D. Henrique. Nesta segunda linha tambem reinarão outros dois irmãos, como na primeira, que forão D. João III e o Cardeal D. Henrique.

Na 3.^a destas linhas tambem houverão em Portugal 8 Reis, a saber: 1.^º D. João IV — 2.^º D. Affonso VI — 3.^º D. Pedro II — 4.^º D. João V — 5.^º D. José I — 6.^º D. Maria I — 7.^º D. João VI — 8.^º e ultimo, D. Pedro IV. Nesta terceira linha tambem reinarão outros dois irmãos, como na primeira e na segunda, e forão D. Affonso VI e D. Pedro II. Esta linha extinguiu-se em Portugal pela morte de D. Pedro IV, porque o Throno passou á sua filha D. Maria II, que casou com um Principe da Casa de Saxonia-Co-

que os novos só podessem usar de chapeos de feltro de uma certa côn. Depois de publicada a Real Ordem, apareceu no Paço o velho Duque de Alafões, tio da Rainha, com o seu chapéo de feltro da mesma côn assignada; o que causou grande novidade entre os Cortezos, e logo perguntáram ao Duque a razão daquella singularidade, ao que elle respondeo, que as pessoas da sua gerarchia devião ser as primeiras a dar o exemplo da fiel execução das ordens regias (tão certo estava elle da sua origem); o que fez com que imediatamente fosse cassada a ordem, que estabelecia tão odiosa distinção. Eis-abi pois a origem e successão da 3.^a linha ou dinastia da raça Burgonhesa, conhecida pela denominação da *Casa de Bragança*.

burgo-Gotha, e todos sabem que as mulheres não formão dynastias ; e pode dizer-se, que a Dynastia actual portugueza é a de *Coburgo-Gotha*. Contamos porém a D. Maria I. no numero dos Reis de Portugal, porque ella casou com seu tio D. Pedro (5.^º de nome) da mesma linha, pois era filho de D. João V.

Vê-se pois, que a 5.^ª linha teve em Portugal tantos Reis como a 2.^ª, e quasi a mesma duracão. Parece por tanto, que um alto Destino presidiu a todas estas coincidencias, fazendo com que D. Miguel não quizesse esposar sua sobrinha D. Maria II, nem que podesse casar durante o seu ephe-mero reinado.

E porém a Casa de Bragança não acabou de todo pela morte de D. Pedro IV, porque ainda vive, e reina no Brasil, o Sr. D. Pedro II, que na ordem da successão dos Reis desta linha deve-ria ser o nono. Neste caso diemos, que a 5.^ª linha ou dynastia teve tantos Reis como a 1.^ª, e durárão ambas pouco mais de dois seculos. En-tre estas duas linhas (1.^ª e 5.^ª) no Brasil ha uma coincidencia assombrosa, e vem a ser : D. Pedro I, pai d'el Rei D. Fernando, nono e ultimo Rei da 1.^ª linha, foi casado duas vezes (com D. Constança, e D. Ignez de Castro), e destes dois ma-trimonios teve *sete filhos legitimos*, e alem des-tes um filho natural (o Mestre de Aviz), que elle reconhecerá. D. Pedro IV, que foi tambem o 1.^º do Brasil, e Pai do Sr. D. Pedro II, que deve ser o nono Rei da 5.^ª linha, tambem foi casa-do duas vezes (com D. Carolina Leopoldina, e

D. Amelia de Leuchtenberg), e destes dois matrimonios teve igualmente *sete filhos legítimos*, e alem destes uma filha natural (a Duqueza de Goyaz), que elle tambem reconhecerá. De sorte que os dois Reis, que ocuparão o 8.º lugar nestas duas linhas (1.ª e 5.ª), ambos se chamá- rão *Pedro I*, um em Portugal, outro no Brasil ; ambos forão casados duas vezes ; ambos tiverão sete filhos legítimos e um natural, que reconhecerão ; ambos se armá- rão, e fizerão guerra a seus proprios pais, um em Portugal contra D. Affonso IV, o outro no Brasil contra D. João VI ; e finalmente ambos governarão os seus respectivos Estados pelo espaço de dez annos incompletos.

Ainda ha outra coincidencia entre os dois Pedros I, tanto em Portugal como no Brasil, e vem a ser : que ambos casá- rão em segundas nupcias com senhoras, que não pertencião á Casas reinantes, nem erão Princezas de sangue ; porque D. Ignez de Castro, posto que mui illustre, tinha vindo para Portugal como Dama de honor da Princeza D. Constança, e a senhora D. Amelia de Leuchtenberg era filha do Duque de Leuchtenberg, que não era Principe de sangue, porque apenas era filho do Marquez de Beauharnais ; e só tinha de Real sua mãe por ser irmã do Rei de Baviera.

Tambem ha outra analogia espantosa entre estas duas linhas (a 1.ª e a 5.ª) no reinado dos dois irmãos, tanto n'uma como n'outra, porque forão duas usurpações com os mesmos caracteres.

D. Sancho II, acoimado de fraco, de impotente e de imbecil, foi lançado do throno, e chamado como Regente seu irmão D. Affonso III, o qual reinou depois de morto D. Sancho. Na 3.^a linha exactamente o mesmo aconteceu com D. Affonso VI, a quem sucedeu no governo, tambem como Regente e depois como Rei, seu irmão D. Pedro II. E note-se que os dois Reis (D. Sancho II, e D. Affonso VI) tachados de fracos e de impotentes, forão ambos memoraveis pelas victorias, que alcancárão : o 1.^o contra os Saracenos no Alem-Tejo e no Algarve, pelo que mereceu grandes e pomposos elogios dos Papas Honorio III e Gregorio IX ; e o 2.^o contra os Castelhanos nas celebres batalhas do Amexial, do Canal, e de Montes Claros ; e assim se lhe chamou — o *Victorioso* — quando jazia no Castello de Angra, ou nos Paços de Cintra debaixo da guarda de um nosso patrício Pernambucano. (2)

Assombra por certo ao homem, que medita sobre a historia de Portugal, a serie de analogias entre estas 5 linhas ou dynastias. Uma dessas analogias ou fatidica coincidencia é a seguinte : de todos os 4 Reis, em que finalisárão ou tem de finalisar essas linhas, nenhum delles era *primogê-*

(2) Manuel Nunes Leitão, natural da Muribeca, foi General de batalha e Camareiro d'el-Rei D. Affonso 6.^o, e tambem seu carcereiro no Castello de Angra. Seu filho bastardo do mesmo nome, e tambem nascido em Muribeca, foi igualmente General de batalha em Portugal, Guarda Roupa e valido d'el-Rei D. Pedro 2.^o (Veja-se a Nobiliarchia Pernambucana etc.).

nito, e todos tiverão muitos irmãos. D. Fernando, ultimo da 1.^a linha, era filho 2.^º d'el Rei D. Pedro I e da Princeza D. Constança ; e D. Pedro I teve dos seus dois matrimonios *sete filhos legitimos*, e um natural, que foi D. João Mestre de Aviz. O Cardeal D. Henrique, ultimo Rei da 2.^a linha, era filho 8.^º d'el Rei D. Manoel e da Infanta de Hespanha D. Maria ; e el Rei D. Manoel teve dos seus tres matrimonios *treze filhos legitimos*. D. Pedro IV, ultimo da 5.^a linha em Portugal, era filho 4.^º d'el Rei D. João VI e da Infanta de Hespanha D. Carlota Joaquina ; e D. João VI teve deste matrimonio *nove filhos legitimos*. D. Pedro II do Brasil, que em Portugal deveria ser o 5.^º de nome, e nono Rei da 5.^a linha, é filho 6.^º de D. Pedro IV e da Archiduqueza d'Austria D. Carolina Leopoldina ; e D. Pedro IV, ou 4.^º do Brasil, teve dos seus dois matrimonios *sete filhos legitimos*, e alem destes um natural, que reconhecerá.

A' vista de todas estas coincidencias não será lícito aventurar uma Profecia ? Pois bem, nós diremos, que a Dynastia de Bragança deve acabar precisamente na pessoa do Sr. D. Pedro II, bem porque não tenha de hoje em diante filho varão, e a Herdeira da Corôa venha a casar com Príncipe estrangeiro, ou porque abdique como seu Augusto Pai, ou seja substituido por uma de suas irmãs, já casadas com Príncipes de outra raça. Pode apostar-se cem contra dez em como esta profecia se realizará dentro de poucos annos ; e ha tambem já quem marque esse periodo, e o

reduza a tres ou quatro annos, contando com todas as coincidencias, e até com a mais assombrosa analogia entre o reinado do Sr. D. Pedro I no Brasil e o de seu filho o Sr. D. Pedro II, a quem a Providencia parece que apenas permittirá prehencher o decenio de seu Pai.

Ha nesta linha ou dynastia uma maldição, como a que cahiu sobre o povo Egypcio, segundo a predicção de Moysés (3), e é que morrem necessariamente todos os primogenitos varões antes de reinarem ; de cuja maldição acaba de ser victima o Principe D. Assonso — e logo depois nasceu uma Princeza !!!

Todas estas tres linhas ou dynastias começáram por guerras atrozes de muitos annos, assim como já começou a 4.^a em Portugal. A 1.^a começou por uma rebellião do filho contra sua propria Mãe ; a 2.^a pela do *bastardo* contra sua Cunhada e Sobrinha ; a 3.^a (ainda que a mais justa) igualmente por uma revolução. A 1.^a começou tambem pelo desterro da Infanta D. Thereza, Mãe do proprio que a desterrou ; a 2.^a pela prisão da Rainha D. Leonor e assassinato do Conde Andeiro ; e a 3.^a pelo de Miguel de Vasconcellos, Secretario da Duqueza de Mantua.

Ha tantas coincidencias entre estas tres li-

(3) « E todos os primogenitos morrerão nas terras do Egipto, dès do primogenito de Pharaó, que está assentado no seu throno, até o primogenito da escrava, que está á mó do moinho, e até os primogenitos das bestas. » *Exodo, cap. 11 — v. 5.*

nhas ou dynastias, que se pode asseverar, sem medo de erro ou de engano, que no Brasil (assim como já aconteceu em Portugal) deve começar uma nova linha ou dynastia depois do Sr. D. Pedro II. Será o Conde de Aquila, ou o Príncipe de Joinville? Ambos são Bourbons, e virão naturalmente para o Brasil, quer um quer outro, como foi para Inglaterra Guilherme III, Stathouder da Hollanda, por causa de sua mulher Maria II. Todavia a causa não se fará de mãos lavadas; e assim como a 4.^a linha ou dynastia em Portugal custou uma gerra, não seremos nós livres della, no caso muito provável de que assim aconteça. Esta Família tem o privilegio de custar muito sangue cada vez que se renova.

Tudo isto não depende dos homens, mas do Céo ou do destino, que assim o quer, e ninguém poderá transtornar a marcha dos acontecimentos. Os Profetas farão filósofos, que, sondando o abismo dos Povos, chegão a predizer com certeza os resultados infallíveis de suas depravações. Um escriptor do século passado, buscando na historia a causa da grandeza e da decadência dos Romanos, chegou a profetizar a revolução francesa com todos os seus horrores. Em uma Obra moderna, publicada no Brasil há 42 annos (4), vem um paralelo entre a França e a Inglaterra, comprehendendo todas as suas phases políticas, cu-

(4) Bosquejo histórico, político, e litterário do Brasil, publicado no Rio de Janeiro em 1835, páginas 107 à 109, etc.

jas coincidencias são tão palpaveis, que parece até que tudo fôra traçado pela mesma mão : é o de-
do da Providencia, que se revela nos destinos hu-
manos.

Ninguem conspira no Brasil : é falso tudo quanto dizem por ahí as Gazetas a este respeito. O que ha de acontecer não depende dos homens, que em tudo isto não são outra cousa senão ins-
trumentos da Providencia. Que havemos de pas-
sar por uma revolução dynastica é isso de primei-
ra intuição, e não resta a menor duvida de que ella ha de custar muito sangue ; porém que haja quem possa suspender a roda do destino, que se move sobre o eixo do Universo, é loucura pen-
sal-o ou crel-o.

Escrevemos este artigo excitados pelo final de uma resposta, dada no Rio de Janeiro ao Folheto intitulado — *Dissolução do Gabinete 5 de Maio, ou a Faccão aulica.* — O final da respos-
ta, que tambem tem por titulo — *A Opposição e a Coroa* — é do theor seguinte : « Sim, é pre-
« ciso que o paiz, a quem esse throno tem ser-
« vido de ancora de salvação nos dias de tor-
« menta e de naufragio, esteja premunido e vi-
« gilante contra as maquinações de *homens*, a
« quem o delirio da ambição cega e arrastra até
« onde *abre-se o abismo das revoluções dynas-
« ticas.* » Aqui se suppõe, que ha quem cons-
pire por uma nova dynastia, como se fosse possi-
vel prevenir o destino em seus inescrutaveis desi-
gnios. Se nisso não houvesse conhecida má fé,
haveria pelo menos supina ignorancia da historia,

porque quando os factos se revelão por si mesmos, seria imperdoável cegueira não vel-los a um palmo do nariz.

O espirito de partido tem muitas vezes feito de um tolo grande filosofo, e até do mais ridiculo poltrão um heróe, porque lhes attribue cousas, que não são mais do que acontecimentos inevitáveis ; e deve de certo ser grande homem aquele que arroga a si os designios da Providencia. Torno a repetir, que ninguem conspira no Brasil, onde os homens, os partidos, o proprio Imperador, e tudo quanto existe, estão servindo de instrumentos cegos na obra da terceira regeneração da raça burgonheza. Esta 4.^a linha on dynastia tem de aparecer infallivelmente nos nossos dias, quer queirão quer não, porque o que tem de ser tem muita força.

Attribuir, por tanto, a um só homem (5) um facto quasi certo, inevitável, e de tanta transcendencia na vida de um povo, como a mudança de uma dynastia, é dar-lhe uma importancia, que nunca teve nem merece, porque elle terá tanta parte nesse acontecimento, quando se realise, como teve na elevação de D. Maria II ao throno de Portugal, na repulsa de seu tio D. Miguel, e no seu casamento com um Principe estrangeiro. E tudo isto se fez, e tudo isto aconteceu inde-

(5) A allusão do folheto é feita ao Senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, de quem se suppunha o plano de substituir o actual Imperador por sua Irmã a Princeza D. Januaria.

pendente de calculo ou de premeditação de ninguem: foi o Destino, foi a PROVIDENCIA, que tudo dirigiu segundo os seus inescrutaveis designios. Pelo amor de Deos não facão de um poltrão um heróe, ou de um pedante um sabichão.

O Profeta na sua terra.

N. B. Este artigo foi escripto em Setembro de 1847.



CENTRALISACÃO DO PODER.

Mirum !

*Convém ao Governo a centralisação
do poder na Capital ?
Convém ao paiz semelhante systema ?*

Nem uma nem outra cousa, dizemos nós. A centralisação absoluta não convém ao Governo nem ao Povo : no primeiro caso o Poder se acharia exposto á todas as vicissitudes da Capital, como os factos o tem demonstrado mais de uma vez ; e no segundo não haveria administração possível nas províncias com o systema de exclusivismo da Corte. Para alli afliuiria toda a vida, toda a força, todo o sangue do paiz : enquanto a cabeça se achasse farta e repleta, o corpo estaria exangue, inanido, e uma congestão cerebral poderia matar todo o Imperio.

O Brasil tem tres faces bem distintas, e vem a ser : o Brasil colonia, o Brasil metropole ou reino, e o Brasil Imperio. O estabelecimento da Corte no Brasil não foi um facto civilisador nem benefico ; a abertura dos nossos portos ao estrangeiro, e a liberdade do commercio forão logo compensadas por novos e estraordinarios tributos, alcavalas de toda a especie, e uma como que aposentadoria geral para um exercito de verdadeiros mendigos de Portugal, que acompanhárão o Principe Regente. Crearão-se, é verdade, muitos empregos, mas forão para os Portuguezes que vierão, e até os que cá estavão forão esquecidos pelos novos aventureiros. O furto, o roubo escandaloso, o peculato, a concussão, o suborno, tudo era lícito a um recemchegado, porque o emprego publico era considerado como um modo de vida. A accão do governo tornou-se eminentemente corruptora em lugar de civilisadora, que deveria ser.

Nenhum outro privilegio, foro ou isenção obtiverão as Capitanias de novo, pelo contrario a accão dos governadores foi cerceada pela proximidade da Corte, com quanto para as provincias, que ficavão ao norte do Cabo de S. Roque, fossem ainda muito mais custosas e difficeis as suas relações. Nenhum genero de industria, quer agricola quer fabril, á excepção dos estabelecimentos creados no Rio de Janeiro, fôra introduzido no resto do Brasil ; as provincias ficárão todas no mesmo estado : nem educação, nem industria, nem artes, nem sciencias, nada partiu do gover-

no, que parecia mover-se no mesmo circulo de antigos preconceitos contra o Brasil. O governo do Rei não pode ser portanto considerado entre nós senão como uma época de transição para a independencia.

A Independencia ? tem sido uma constante decepção entre nós. Se o governo representativo em França, na expressão de Lamartine e do Conde Montalembert, não passava de uma ficção, no Brasil tem sido um completo absurdo. Destruirão-se todos os privilegios, acabou-se com o foro militar e ecclesiastico, passou-se uma rasura sobre todas as classes, e sobre todas as gerarchias, e nesta terra, abençoada pela natureza, a mão do homem crestou, consumiu todos os elementos da sociedade que existia. Neste campo de desolação e de ruinas cresceu uma planta parasita chamada magistratura, oligarchia ambulante composta de juizes de todas as instancias amoíveis *ad nutum*. Considerado o Brasil em suas tres faces politicas, vejamos a marcha administrativa nestas tres épocas.

A Colonia do Brasil tinha uma legislação organica especial, senão a melhor, ao menos a mais adaptada ás nossas circumstancias. Tínhamos uma sociedade bem constituída, e gozavamos de uma liberdade até certo ponto benefica, porque tínhamos foros e privilegios, unicas garantias das classes e das corporações. Não tínhamos aristocracia, porque a nobreza solar existia em Portugal, mas tínhamos *nobres*. Todo aquele que conseguia ser vereador de um conselho, Juiz ordinario, Al-

motacé, ou podia obter uma patente de Official de Milicias ou de Ordenanças, ficava *ipso facto* ennobrecido. A nobreza das classes era um privilegio muito antigo no Brasil : tínhamos Clero, Nobreza e Povo, e todas estas ordens gozavão de grandes foros, preheminencias e regalias, tanto mais importantes quanto que a sociedade no Brasil era muito heterogenea.

Com a vinda d'el Rei para o Brasil não diminuirão os nossos foros e privilegios, porém a administracão provincial tornou-se toda dependente do Rio de Janeiro. Dali partião todas as nomeações até para o emprego mais subalterno ; os corpos fixos de primeira linha receberão uma aluvião de officiaes aggregados, todos Portuguezes, com menoscabo dos direitos adquiridos pelos officiaes destes mesmos corpos ; os empregos publicos forão distribuidos sem distinccão pelos aventureiros, que acompanhárao a Corte, e não só os empregos effectivos como até supervivencias. Da Corte vinhão os vigarios, porque el Rei pelo seu estenso padroado, exercido em nome da Ordem de Christo, de que era Grão Mestre, tinha o direito de apresentação ; nomeava-os e mandava-os collar ; e não só os vigarios, como tambem dava-lhes logo coadjuctores e futuros sucessores, cortando deste modo toda a esperança, todo o estímulo, e desfazendo o principal elemento do espirito de classe, que é a emulação.

Essa concentração do poder no Rio de Janeiro gerou desgostos mui pronunciados. A decidida protecção aos Portuguezes irritou sobre

maneira os filhos do paiz, e a reacção appareceu em Pernambuco ; mas prematura, sem ordem, sem nexo, sem plano, e sem prudencia : foi o espirito de província contra o espirito da Corte, foi o instincto da nacionalidade contra a supremacia dos aventureiros. Todavia succumbiu Pernambuco no meio da guerra civil : nem o povo nem as idéas estavão sasonadas. Triumphou a Corte ? Sim, por emquanto, mas dahi data a decadencia do poder absoluto no Brasil. Desde aquella época a concentração administrativa no Rio de Janeiro constituiu a fraqueza do poder. A revolução do Porto em 1820 acabou de romper o ultimo fio, que prendia as províncias á Corte ; D. João VI viu-se, por assim dizer, exposto á todas as exigencias de uma facção no Rio de Janeiro. O seu sistema de unidade foi ferido no coração, e El-Rei foi obrigado a deixar o Brasil bem a seu pesar.

E porém o Brasil, acostumado já a um governo proprio, não se sujeitaria outra vez a ser Colonia ; a separação era portanto inevitável, e D. Pedro fel-a em seu proveito. As províncias, por esses movimentos parciaes de 1821, tinham adquirido uma especie de poder, que diminuia em grande parte o prestigio da Corte ; convinha a D. Pedro atrair os homens mais influentes das províncias, e fez-o pelo seu Decreto de 16 de Fevereiro de 1822, creando um Conselho de Estado. Havia o querer que fosse contra o Rio de Janeiro, a desconfiança era geral ; porém D. Pedro conseguiu desfazer o que elle chamava preven-

ções, e reunir as províncias em torno de si por meio de uma Assembléa constituinte. Entretanto, inesperiente e mal aconselhado, D. Pedro só tinha o instinto do poder, sem regras de prudência nem de previsão política: dissolveu a Constituinte como a convocára, deu uma Constituição como tinha criado comissões militares.

A dissolução da Constituinte abalou todas as províncias do norte: a guerra civil apareceu, mas não foi uma revolução. Essas lutas intestinas só servirão para chamar de novo a centralização administrativa para o Rio de Janeiro. Depois que todas as províncias do norte succumbiram, apareceu a guerra no sul pela agressão de Buenos Ayres. D. Pedro appellou então para a nacionalidade brasileira, assim de resistir ao inimigo externo, mas esse espirito nacional já não existia, e o local ou provincial era todo contra elle. O tratado de 28 de agosto de 1828 foi a prova mais decisiva de que a concentração administrativa era um signal evidente da fraqueza do governo; e sem embargo fôra esse tratado um meio, de que se valera D. Pedro para chamar ao redor de si todas as forças estacionadas nas províncias do Sul. Se devessemos julgar da força e da energia de um governo pelo aparato bellico da capital, onde reside, de certo o do Rio de Janeiro poderia comparar-se então com os mais vigorosos da Europa pela ostentação de suas brilhantes paradas nos dias de grande galla.

Sem embargo, nesses ultimos dois annos, em que o 1.^º Imperador se mostrava todo preocu-

pado da centralisação administrativa ; quando as provincias tinhão perdido toda a esperança de rehaverem suas preheminencias ; quando o Imperio do Brasil parecia encerrado no estreito vale do Rio de Janeiro, e a nacionalidade representada apenas pelas Camaras e pelo Ministerio, um pequeno incidente, imprevisto e quasi inesperado, decidiu da sorte do Chefe do Estado : uma sedição militar, que rebentou no campo de Santa Anna em 1831, obrigou D. Pedro a abdicar a Coroa em seu filho, deixando entregues á fortuna de um menino de seis annos de idade os destinos deste vasto Imperio. A lição foi tremenda, mas a ninguem aproveitou. Se nas provincias não havia unidade nacional, ao menos um pensamento era commum entre ellas, isto é, odio contra o governo do Rio de Janeiro.

Todavia a *Menoridade* abafou em grande parte essa explosão da ira nacional ; é que todos se enganavão : attribuia-se a D. Pedro só o que era effeito de um sistema vicioso de administração ; quizemos ser Brasileiros, e ficamos Portuguezes como d'antes. Nesta occasião quasi se toção os extremos : era uma federação em lugar de centralisação, era a separação absoluta em lugar da união. No meio da confusão destas idéas reformou-se a Constituição ! irritão, escaño ! ! Nem a Constituição de 1824, nem o Acto adicional, dez annos depois, podião mudar a natureza das cousas, porque a ignorancia dos verdadeiros principios administrativos não dava lugar ás reformas convenientes. Todos os nossos ma-

les continuárão então, e ainda podemos atravessar um longo periodo pela fraqueza do governo. Não é isto paradoxo, mas uma espantosa realidade.

A Regencia trina, e a do 1.^º Regente do Acto addicional, não tiverão mais significação, nem representarão outro papel senão do juiz, que preside em virtude do seu cargo á uma execução ; o paiz anarquisou-se, destruiu-se, delacerou-se á sua vontade, sem que aquelles governos, apenas nominaes, dessem prova de sua existencia ou de sua missão. Era porém chegada outra época, porque nos paizes novos o tempo vôa como para as crianças ; a guerra civil nas provincias, as desordens, a anarquia em fim exasperou a muita gente ; attribuiu-se tudo isto ás idéas de federação. O codigo do processo criminal havia destruido todos os foros, todos os privilegios de classes, a lei da guarda nacional havia acabado com a milicia, o Exercito estava dissolvido, e tudo isto em nome da liberdade, em nome das garantias provincias ! ! mentecaptos ! o Padre Feijó resignou : foi o *Consummatum est.*

Veio o 2.^º Regente do Acto addicional ; era homem, dizia-se, experimentado e energico, amigo da monarquia, com prestigio de grande intelligentia e probidade : todas as vistas convergirão para elle. Se não podia conceder os privilegios e os foros das classes, que os tinham perdido, podia ao menos reconstruir o Exercito, chamar em torno de si as capacidades do paiz, conter a anarquia das provincias, e tornar forte o go-

verno, centralisando a sua accão. Com effeito, a revolução da Bahia foi destruida, o Maranhão entrou na ordem, e tambem teria entrado o Rio Grande do Sul, se houvesse um pouco mais de intelligencia no governo.

Entretanto todos nos enganamos ácerca do Regente; a idéa anticipada de suas virtudes produzira esses bons effeitos, malogrados logo que se dissipou a illusão. Tres annos bastáron para desenganar o paiz; o homem tinha seus laivos de ambição. Centralisando a administração sem criterio nem prudencia, acabou por um motim ou assuada com uma grande maioria em ambas as Camaras. Quem considerar o como se fez a *Maioridade*, verdadeira revolução na Capital, que destruiu um governo legal em duas horas, verá que a concentração administrativa não é nem pode ser garantia do poder.

Todos estes factos, de hontem pode dizer-se, provão que a unidade administrativa não é a unidade nacional; que a agglomeração do poder na capital debilita as provincias, e que essa cabeça plethorica pode sucumbir de um dia para outro por effeito de uma apoplexia fulminante. O Brasil é muito extenso para o reduzirdes ao pequeno recinto do Rio de Janeiro. Fazei o que quizerdes, despojai as provineias de suas prerogativas, do seu dinheiro, do suor do seu povo; chamai á cõrte toda a riqueza, todo o poder, todo o prestigio, ainda assim nunca conseguireis prostrar a nacionalidade brasileira ante o idolo do Pão d'assucar. No dia em que despojastes todas

as classes dos seus foros e privilegios, assassinastes a liberdade, porque, quando esta se individualisa, não existe senão no nome; nada podereis exigir de um povo, que nada vos deve senão humilhação e despeso.

Quereis saber como é a liberdade entre nós? Pois bem, destruistes a antiga milicia com seus foros e privilegios, porque era uma instituição do despotismo, e creastes a Guarda Nacional como a expressão da liberdade individual; entretanto hoje que o povo paga um exercito de vinte mil homens de tropa de linha, e mais de seis mil municipaes permanentes, hoje que os impostos tem dobrado em todas as escalas, nessa mesma Guarda Nacional elle soffre, como nunca soffreu, pelo mais rigoroso dos tributos o serviço pessoal. Não ha homem do povo, que possa contar com o seu dia de trabalho, nem mesmo com a noite para descanso; está sujeito á mil autoridades, que o vexão, que o consomem, que o martirisão em nome da lei, quando não vai para a cadea, ou para o hospital em nome da liberdade.

A concentração do poder na capital não se reduz somente á administracão civil e politica, mas tambem á unidade ecclesiastica. O tribunal da Nunciatura, despojando os nossos Bispos de suas jurisdições diocesanas, reduziu-os a simples vigarios capitulares ou governadores dos sens Bispados. De todos os extremos do Brasil é mister recorrer á Nunciatura por dispensas matrimoniaes, e para recorrer a este tribunal necesita-se obter antes licença do Imperador. Toda

a administração, portanto, de um paiz tão extenso como o Brasil, separado por vastas solidões, montanhas elevadas, e rios navegaveis, está reduzida á corte do Rio de Janeiro. Os agentes e delegados das provincias são apenas meros instrumentos de um poder, que gyra na orbita de uma pequena cidade. Uma não de linha, como a do vice-almirante Roussin em 1828, ou do Commodore Rousseau em 1846, pode impôr a todo o Imperio, ameaçando sua cabeça de anão sem importar-se com seu corpo de gigante.

Essa centralisação no Rio de Janeiro é uma máquina de revoluções, ao passo que as províncias abatidas, isoladas, sem espirito proprio nem garantias, bebendo as inspirações da corte, receberão com marcas de abjecta submissão todas as mudanças, que alli se fizerem. A abdicação do primeiro Imperador por effeito de uma sedição militar, e a queda do segundo Regente do Acto adicional em virtude de um motim na camara dos Deputados, são dois exemplos terríveis, que podem ter largas consequencias. Deus permitta que nos enganemos, mas parece-nos que, no estado de odio e de exacerbação, em que se achão as facções na corte, será quasi inevitável uma explosão : aquelles que estiverem sentados sobre a caldeira, correm o risco de voar pelos ares. Tão habilitada está a corte para fazer uma revolução, como impossibilitadas as provincias para se opporem á ella.

Pode conservar-se o Brasil com um tal sistema administrativo? Sim pode, e quasi que não

ha esperança de melhor sorte. Pobre de intelli-
gencias, só a mão do destino poderia variar a sua
marcha : um grande acontecimento imprevisto,
desapercebido, talvez troucesse resultados favo-
raveis ; mas ninguem pode calcular as vicissi-
tudes d'estas alterações, talvez a anarquia, a
guerra civil, a dissolução completa de toda a so-
ciedade brasileira. Entretanto, donde partiria
o primeiro impulso ? da capital, somente da ca-
pital. Desgraçada a província, que dêsse o pri-
meiro brado, infeliz daquella que, no estado do
seu actual isolamento e debilidade, dêsse um só
passo para travar luta intestina : ahi estão *Santa*
Luzia e Venda Grande para deppôrem contra sua
louca temeridade. E o sofrimento ? é necessa-
rio : é a resignação daquelle que sofre a ampu-
tação de uma perna gangrenada, ou as dorcs de
um reumatismo agudo ; *paciencia e baralhar*,
dizia D. Quixote na cova de Montesinos.

(*Da Barca de S. Pedro n.º 2, de 30 de Maio
de 1848.*)



POST-SCRIPTUM.

Este opusculo achava-se quasi todo impresso em Outubro do anno proximo passado, quando aconteceu a deportação dos presos politicos para a ilha de Fernando, e os negocios da provincia tomárão um aspecto medonho ; então tivemos justo receio da sua publicação, que não fosse augmentar as iras do *Leão* embravecido, com quanto não se tratasse de partidos, nem da mesquinha politica, que se queria plantar na provin- cia á custa dos interesses de todo o Imperio.

Todavia a impressão estava feita, e pouca cousa faltava, que agora fizemos concluir com animo resoluto de publicarmos este folheto, visto que a sua materia é de um interesse vital para o Brasil ; animados sobre tudo pela prudente, sabia e circumspecta administração do Ex.^o Sr. José Ildefonso de Souza Ramos, actual Presidente desta provin- cia.

Feita, como fica dito, esta impressão no an- no proximo passado, alguma cousa temos de ac- crescentar, que nos ocorre de novo, porque os successos posteriores tem vindo justificar muitas das nossas previsões, e das do nosso amigo autor dos dois artigos, que formão a base desta publi- cação.

Na primeira parte ou artigo, que tem por ti- tulo =*Os Brasileiros do Paragrapho 4.^o*= cha- nhamos a attenção dos leitores para a Nota 2, em que fizemos ver a primasia, de que gosavão os

Portuguezes nesta província, ocupando os cargos mais honrosos e lucrativos ; agora não só excitamos a sua attenção como todo o seu patriotismo para o seguinte exemplo, e vem a ser : que actualmente a *Junta de Justiça* para todo o districto da Relação de Pernambuco, composta de seis Juizes, três togados e tres militares, presidiada pelo presidente da província, é formada pela maneira seguinte :

JUIZES MILITARES.

Brigadeiro — Aleixo José de Oliveira —
d'alem mar.

Idem — Antonio Rodrigues de Almeida
idem.

Capitão de mar e guerra — Rodrigo
Theodoro de Freitas — *idem.*

JUIZES TOGADOS.

Juiz Relator — Desembargador Domingos Nunes Ramos Ferreira — *idem.*

Os outros dois vogaes são brasileiros.

De sorte que, em um tribunal de segunda e ultima instancia, para julgar uma classe tão importante como a militar, ainda 28 annos depois da tão fallada independencia, *de seis Juizes quatro são nascidos em Portugal*, isto é, DOIS TERÇOS ! ! ! Em falta de qualquer dos Juizes militares, ali está o Sr. Coronel *Chabi* para suprir-a, como no Conselho de guerra, que con-

demnou á morte o Sr. Coronel Cipriano José de Almeida ! Contra estes factos e exemplos não pode haver argumento, nem subterfugio, nem tergiversações : se o querem mais claro, deitem-lhe agua.

Com que previsão, com que tino politico não escreveu o nosso amigo o seu artigo em 1842 sobre a perniciosa influencia dos contrabandistas portuguezes no Rio de Janeiro !! E' verdade que elle tinha bem em lembrança o escandaloso facto, que deu lugar á retirada do *Exequatur* ao Consul geral de Portugal João Baptista Moreira pela energia e patriotismo do Sr. Cândido Baptista de Oliveira, então Ministro dos Negocios Estrangeiros. Pésem bem os leitores o que dissemos o anno proximo passado na Nota 43, que fizemos ao final do citado artigo. Então já previamos o fatal desenlace dessa situação, em que era o primeiro e principal agente um Ministro de Estado nascido na Costa d'Africa, e transplantado para o Brasil como *colono africano*.

Os factos ultimamente acontecidos nas provincias do Sul, e sobre tudo na do Rio de Janeiro, á vista e face do governo Imperial, a luta travada entre a marinha ingleza e os contrabandistas portuguezes, com mingoa e desdouro do nosso pavilhão, provão mais que muito as previsões e os sustos de todos os homens verdadeiramente amantes do seu paiz, e a necessidade urgente de melhorarmos de condição, nacionalisando o nosso governo e a nossa administração. Desenganem-se os Brasileiros, de uma vez por todas,

que é necessário, urgente, vital, o *desimportuguezar* o paiz, como muito bem disse o nosso amigo no artigo, de que nos ocupamos (*).

Este cñstado violento, a que chegamos ultimamente, não é novo no Brasil, e muito lamentamos que o Imperador não se lembre de que a Sua Imperial Palavra não é acreditada, quando é mister que seja referendada por qualquer dos actuaes Ministros ; nem os Inglezes nem os Brasileiros tem fé nessas promeças falaces, que são como um escapatorio da presente melindrosa situação. Os mesmos factos de hoje se repetirão amanhã, se um governo imprevidente ou de má fé, como parece o actual, continuar na gerencia dos negocios publicos. Deus permitta, que o Sr. D. Pedro II não adormeça á sombra dessas illusões, ou dessa apparente calma, que ameaça novas tormentas : o futuro está pejado de grandes cala-

(*) Pessoa, a quem muito respeitamos, acaba de mostrar-nos a Ordem geral do Quartel General da Marinha de 23 de Maio do corrente anno de 1850, pela qual se manda que fique privativo para os Chefes das repartições, e Commandantes de Divisões o fazerem pintar os seus Escaleres com a cor verde!! E como esses Chefes e Commandantes são todos Portuguezes (à excepção de um só, o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira, que tem escapado por milagre) segue-se que os Portuguezes até pretendem monopolizar para si as cores nacionaes, afrontando o caracter brazileiro!! Em fim mister se faz, ainda que com bastante magoa, confessar, que somos estrangeiros na nossa propria terra!! Quem tiver olhos, que veja, quem tiver ouvidos, que ouça!! do contrario sua alma sua palma.

midades ; e aqui cabe muito bem exclamar com um dos nossos melhores poetas :

*Alerta ! alerta Piloto !
Alerta ! que o tempo cresce !
Ja mal o leme obedece !
Ja nos vai o panno rôto !
Boreas, Austro, A'quilo e Noto,
Com sobresenho iracundo,
Rompem do carcer' profundo !
Tudo range ! estala ! gême !
PILOTO ! OUTRA GENTE AO LEME !
Com ESTA vamos ao fundo !! !*

Em quanto á segunda parte, ou artigo, que tem por titulo — *Estudos Historicos* — convém lembrar uma circunstancia essencial, e vem a ser : o nascimento do 2.^º Príncipe Imperial D. Pedro Affonso, e a sua prematura morte em Janeiro do corrente anno de 1850, como complemento da profecia do nosso amigo sobre a extinccão da Casa de Bragança. Estavamos pois resolvidos a perder a forma, já impressa, para admittirmos uma reflexão sobre esta morte mais que inexperada, porque é assombrosa ; mas o nosso amigo, autor do artigo, negou-se a tocar-lhe, ou a variar o texto, dizendo, que perderia muito do seu original merecimento, se alterasse hoje qualquer cousa de uma profecia escripta em 1847, pois que o tempo decorrido era neste caso uma das primeiras condições deste funesto presagio ; o que na realidade nos convenceu, e por isso não insistimos mais. Com efeito, depois de escripta a profecia nasce

outro Príncipe, mas sua morte prematura vem de novo justificar aquella fatal predição !!! *Alta sunt iudicia Dei !!!*

Espantará a qualquer pessoa, que tenha lido a citada profecia, a serie de coincidencias, que apresenta a historia de Portugal (que tambem é a nossa) a respeito das tres linhas ou dynastias, que tem reinado aqui e lá. Não é possivel deixar de impressionar-se o espirito do leitor, contemplando o dedo da Providencia em todos estes misterios dos destinos humanos: uma familia, que reinou por espaço de sete seculos, regenerando-se tres vezes á custa do sangue de tantos povos, e do sacrificio de tantas gerações !!!

Quando vemos o estado convulsivo da nossa patria não podemos conter a dor, que nos opprime, prevendo o desfecho calamitoso desse drama sangrento, que tantas vezes se tem reproduzido nos ultimos paroxismos de qualquer das dynastias que tem findado, porque igual peripecia se prepara para o Brasil com a extinção inevitável da que actualmente reina. Este estado de medonha convulsão é como a febre, que tem de terminar a crise social, crise funesta para a geração presente, crise de luto e de consternação, precedida de todos os horrores da peste e da guerra, companheiras inseparaveis da regeneração dos Povos, ou dos governos dynasticos.

Lamentamos com toda a effusão dos nossos corações, que o actual Imperador, o Sr. D. Pedro II, não se compenetre da sua delicada posição, e não tome a peito tornar mais suave ou menos medonho o transe fatal da sua ultima hora, preparando com antecedencia todos os meios de salvar o seu povo dos horrores da anarquia ou de uma guerra dynastica. Será talvez uma hallucinação nossa, porque sinceramente não o desejamos, mas prevemos, como o autor da profecia, esse desfecho inevitável, esse golpe do destino, que ha de realisar-se independente de qualquer vontade, ou do juizo dos homens que governão: ai ! daquelles que disserem — **NÃO CUIDAMOS ! !**



Vende-se no pateo do Collegio,
Casa do Livro azul.